

Ana Raquel Oliveira Lima

**ACESSIBILIDADE NAS MÃOS:
PATRIMÓNIO HISTÓRICO ACESSÍVEL PARA PESSOAS SURDAS**

Relatório de Projeto do Mestrado em Intervenção Social, Inovação e Empreendedorismo apresentado à Faculdade de Economia e à Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação sob orientação do Professor Doutor Pedro Manuel Teixeira Botelho Hespânia e coorientação da Professora Doutora Isabel Sofia Calvário Correia.

2016



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Ana Raquel Oliveira Lima

**Acessibilidade nas Mãos:
Património Histórico acessível para Pessoas Surdas**

Relatório de Projeto do Mestrado em Intervenção Social, Inovação e Empreendedorismo apresentado à Faculdade de Economia e à Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação sob orientação do Professor Doutor Pedro Manuel Teixeira Botelho Hespanha e coorientação da Professora Doutora Isabel Sofia Calvário Correia.

2016



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

DEDICATÓRIA

À minha avó Lúcia, matriarca da minha família.

In memoriam

dos meus avós, Jesuína, Jacinto e José

à minha avozinha Maria,

Pelos maravilhosos pais que me deram
e família que construíram.

AGRADECIMENTOS

A realização deste projeto marca o fim de uma exigente e difícil, mas muito importante etapa da minha vida. Agradecer a quem me acompanhou é uma forma de demonstrar que precisamos sempre de alguém. Ninguém se faz sozinho, pois necessitamos sempre de um olhar de apoio, palavras de incentivo, compreensão, amor. Agradeço a quem me deu tudo isso uma vez que foi determinante para a concretização deste projeto:

Ao orientador Professor Doutor Pedro Hespanha pela disponibilidade, revisão técnica e colaboração.

À Coorientadora Professora Doutora Isabel Correia pela disponibilidade e generosidade mas sobretudo pela sua competência científica e acompanhamento do trabalho, assim como correções e sugestões relevantes feitas durante todo o meu percurso académico.

À Exma. Diretora do Convento de Cristo, Doutora Andreia Galvão e aos serviços educativos na pessoa de Maria da Luz Lopes pela disponibilização de toda a ajuda.

Aos participantes nos questionários, Associações de Surdos e associações da comunidade surda, aos Senhores Diretores dos Monumentos e Património Histórico.

Aos meus pais pela paciência, pela preparação do caminho, pelo esforço que fizeram para eu chegar até aqui. Pelos sacrifícios, dedicação, abdicação de muitos projetos pessoais para que eu e o meu irmão tivéssemos a oportunidade de estudar, obrigada.

Ao meu irmão pois cresci aprendendo com as suas lições de vida, tornei-me adulta tentando corresponder aos seus anseios, aprendi a essência da vida a seguir os seus exemplos. Ao meu Francisco, dos melhores presentes que a vida me deu, luz da minha vida. À minha cunhada Cátia, pela revisão de texto, amizade e cumplicidade de anos.

À ti'São, Cláudia, Margarida e Ricardo pela compreensão de semanas de silêncio.

À minha Joana Sousa, por todo o material bibliográfico que me emprestou, orientação prestada e exemplo de profissionalismo. Pela base sólida que me permitiu conciliar este

projeto com a Presidência da ANAPI-LG. Pela amizade, conselhos e palavra amiga de sempre, com a ternura de família e pela possibilidade de partilhar os segredos.

Ao Helder Duarte pela cooperação, trabalho de equipa que realizámos juntos, pelo incentivo, esforço e qualidade que dedicou a este trabalho. Para sempre grata.

À minha entidade empregadora, Federação Portuguesa das Associações de Surdos, pela possibilidade de frequentar as aulas e compreensão nesta caminhada.

Ao Cristóvão pela paciência e preciosa ajuda na gravação e edição de imagem, mas sobretudo pelo que me ensina e ajuda a crescer enquanto profissional.

Ao Sérgio Rodrigues pelas excelentes fotografias para integração no vídeo-guia.

À Luísa Gonçalves, pelo apoio, palavras e compreensão de sempre.

À Escola Superior de Educação de Coimbra pela formação de excelência que me permitiu chegar ao mercado de trabalho mais confiante e a todo o corpo docente e intérpretes da mesma, Neuza Santana, Rafaela Silva, Margarete Pereira e Amílcar Furtado. Agradecimento especial à ESEC-TV pela possibilidade de gravar o protótipo no estúdio.

Joana, Catarina, Marina, Paula, Rosita e Fernanda, às colegas de mestrado pelos almoços e troca de ideias e apoio essencial para que a caminhada destes dois anos fosse mais leve.

À Comunidade Surda por tudo o que sei e que me proporcionam dia a dia.

À direção da ANAPI-LG por me ter libertado na reta final da elaboração deste projeto.

Por último, ao Luís, ao meu Luís, pelo tempo que não lhe dediquei, pelo apoio em todas as minhas decisões mesmo naquelas que pareciam distantes e inatingíveis. Incontáveis foram as vezes que o meu cansaço e preocupação foram compartilhados no segredo do nosso lar. Pela forma que procura sempre serenar-me a ansiedade, mantendo-me firme diante dos obstáculos, numa união que me incentiva a prosseguir, pelo carinho, amizade e amor que nos unem e que foram o pilar e a base para chegar até aqui.

EPÍGRAFE

É impossível para aqueles que não conhecem a língua gestual perceberem a sua importância para os surdos, a sua enorme influência sobre a felicidade moral e social dos que são privados da audição e a sua maravilhosa capacidade de levar o pensamento a intelectos que de outra forma ficariam em perpétua escuridão. Enquanto houver dois surdos no mundo e eles se encontrarem, haverá o uso da Língua Gestual.

J. Schuylerhong

RESUMO

Num contexto em que existe uma enorme preocupação com a integração e inclusão das pessoas com diferentes características na sociedade, é importante perceber quais as medidas a tomar para que a acessibilidade, inclusão e igualdade de oportunidades sejam efetivas. Neste relatório de projeto apresentam-se políticas, mecanismos e perspetivas relativas à comunidade surda, à inclusão e aos esforços realizados no sentido de derrubar barreiras e alcançar objetivos fruto de lutas desta comunidade pelo acesso à informação e comunicação. Expõe-se neste trabalho ainda, os ganhos de ser Surdo e a importância da diversidade humana.

O trabalho de investigação procurou saber igualmente se as Pessoas Surdas frequentam ou não Museus/ Monumentos classificados como Património Histórico e os motivos que os levam a visitar, ou não, esses locais. Este relatório foca-se na acessibilidade das Pessoas Surdas ao Património Histórico, na sua Língua Natural, respeitando a diversidade e as características identitárias desta comunidade. É apresentado em DVD um protótipo de vídeo guia da Janela do Capítulo em Tomar, ou seja, um exemplo de um material acessível para Pessoas Surdas.

Palavras-chave: Língua Gestual Portuguesa; Surdos, Inclusão; Igualdade de Oportunidades; Deaf Gain.

ABSTRACT

In a context where there is a huge concern for the integration and inclusion of people with different characteristics in society, it is important to understand what steps to take to ensure that accessibility, inclusion and equal opportunities are effective. In this project we present the political reports, mechanisms and perspectives for the deaf community, for the inclusion and the efforts undertaken to break down barriers and achieve goals as the result of struggles of this community for access to information and communication. We also show on this project the gains of being Deaf and the importance of human diversity.

The research also sought to know whether Deaf people attend or not to Museums / Monuments classified as Historical Heritage and the reasons that lead them to visit, or not, these sites. This report focus on the accessibility of the Deaf to the Historical Heritage, in its Natural Language, respecting diversity and identity features of this community. It is presented in a video DVD prototype guide to the Janela do Capítulo in Tomar, that is, an example of a material accessible for the Deaf.

Keywords: Portuguese Sign Language; Deaf, Inclusion; Equal opportunities; Deaf Gain.

LISTAS DE SIGLAS

EREBAS- Escolas de Ensino Bilingue para Crianças Surdas

ILGP- Intérprete de Língua Gestual Portuguesa

IS- International Sign System

LG- Língua Gestual

LGP- Língua Gestual Portuguesa

LN- Língua Natural

LP -Língua Portuguesa

ÍNDICE DE TABELAS /GRÁFICOS/FIGURAS

Tabela 1 (Ferreira, 2011).....	23
Figura 1 Gesto de AMOR (Spread the Sign, 2012)	33
Tabela 2 (Fonte - apud Pereira et al., 2013)	38
Figura 2 (Mulgan, 2012:63)	44
Gráfico 1 (Respostas 1ª. pergunta - Diretores).....	46
Gráfico 2 (Respostas 2ª. pergunta - Diretores).....	46
Gráfico 3 (Respostas 3ª. pergunta - Diretores).....	47
Gráfico 4 (Respostas 4ª. pergunta - Diretores).....	47
Gráfico 5 (Respostas 1ª pergunta - Comunidade Surda).....	48
Gráfico 6 (Respostas 2ª. pergunta - Comunidade Surda).....	48
Gráfico 7 (Resposta 3ª. pergunta - Comunidade Surda)	49
Figura 3 (Hoza, 2010:177)	54
Figura 4 (apud Sousa, 2015)	58
Figura 5 ((Cooperativa António Sérgio para a Economia Social, 2016) adaptado pela autora) .	63

ÍNDICE

Introdução	1
Capítulo 1. A relação entre deficiência e exclusão social	4
1.1. A SURDEZ COMO DEFICIÊNCIA?	6
1.1.1. O modelo médico da deficiência	6
1.1.2. O modelo social e cultural da deficiência	8
1.2. Os Surdos são deficientes?	9
Capítulo 2. O papel do Estado	13
capítulo 3. A importância do empreendedorismo social e da inovação social enquanto instrumentos de inclusão e empowerment	18
3.1. Quem é o empreendedor social? De que forma é que o perfil do empreendedor social inspira a inclusão social e empowerment?	18
3.2. Inovação social	23
Capítulo 4. História Social da Surdez e a Língua Gestual	26
4.1. História dos Surdos no Mundo	26
4.2. História dos Surdos em Portugal	29
4.3. A Comunicação	31
4.4. As Línguas Gestuais e a Língua Gestual Portuguesa	32
4.4.1. A Língua Gestual Portuguesa e o seu reconhecimento	34
4.5. Intérpretes de Língua Gestual Portuguesa	35
4.5.1. Como surge a profissão?	35
4.5.2. A função dos Intérpretes de Língua Gestual Portuguesa	37
4.5.3. Os Intérpretes de Língua Gestual como mediadores linguístico-culturais	37
Capítulo 5. Acessibilidade para o público surdo	38
5.1. A acessibilidade	38
5.1.1. Qual a importância do Património Histórico ser acessível	39
5.2. A Legendagem	40
Capítulo 6. Desenho e metodologia do projeto	40
6.1. Finalidades e objetivos da investigação:	40
Capítulo 7. Apresentação e discussão dos resultados do projeto	44
7.1. Impulsionadores	44
7.1.1. Identificação dos problemas sociais e diagnóstico social:	45
7.1.2. Público-alvo e objetivos	50
7.2. Propostas e ideias	51
7.3. Protótipos e testes	52
7.3.1. Descrição da solução e carácter inovador do protótipo	52
7.3.2. Fases da Elaboração do protótipo	53
7.4. Sustentabilidade e sustentação	59

7.5. Disseminação/Replicação	60
7.6. Mudança Sistémica	61
<i>Argumentação final</i>	64
<i>Sugestões para investigações futuras</i>	67
<i>Referências bibliográficas</i>	68
Anexos	78
Anexo1. Questionário realizado à Comunidade Surda	78
Anexo2. Questionário realizado à Comunidade Surda	79
Anexo 3. DVD do protótipo da Janela do Capítulo do Convento de Cristo em Tomar acessível para pessoas Surdas	80

INTRODUÇÃO

Vivemos num mundo heterogéneo e dissemelhante em culturas, identidades e interesses, formam-se diferentes grupos que naturalmente se encontram e convivem na sua multiculturalidade e diversidade. Reconhecer a diferença como resultado das múltiplas identidades, culturas e características individuais tratando-a como diversidade humana e respeito pelo outro, consolida a afirmação de Habermas “Ninguém pode edificar a sua própria identidade independentemente das identificações que os outros fazem dele” (Habermas, 1983:22).

Pretende este trabalho apresentar, clarificar e demonstrar as diferentes formas de aceitar e percecionar a pessoa s/Surda¹ e como a falta de informação acerca da surdez pode conduzir a danos e sofrimento destas pessoas. Charles Taylor confirma-o dizendo que uma pessoa ou um grupo de pessoas poderão ser efetivamente afetadas se aqueles que o rodeiam mostrarem como reflexo uma imagem limitada, degradante, depreciada sobre os próprios (*apud* Praxedes, 2004).

O acesso à informação é um direito básico e primordial de todos os cidadãos. Através da informação estes têm possibilidade de exigir outros direitos elementares como o direito à saúde, à educação, à democracia e à comunicação. Garantir o acesso à informação não é suficiente pois deve ser acautelado que a mesma é de qualidade e acessível para que os cidadãos a compreendam e a usem nos diferentes contextos e dimensões. A comunicação social, a família e a educação formal/não formal são importantes origens da informação, no entanto, apercebemo-nos de que frequentemente esta não está acessível às pessoas com diferentes necessidades, por exemplo para as pessoas surdas. Esta informação é fundamental na educação de todas as pessoas, faz parte do desenvolvimento de cada ser humano e conseqüentemente influencia-o em todos os ambientes e contextos da vida. Segundo afirma José Baptista, a educação no modelo de sociedade a que chegámos é a energia que organiza e faz mover o mundo, que ilumina o espírito para alcançar o bem-estar, a harmonia e o entendimento entre todos os Seres Humanos (Baptista, 2008). No entanto, o mesmo autor refere que a correlação entre os níveis de literacia e o índice de desenvolvimento humano não é linear, porém a educação é considerada um fator determinante e indispensável para a construção de um mundo melhor, mais próspero e mais seguro (*idem*). Sabendo que a educação das pessoas s/Surdas só chegou a patamares mais altos recentemente e que existem s/Surdos a

¹ Esta terminologia será explicitada no capítulo 1.

frequentar o ensino superior com acesso à informação em Língua Gestual Portuguesa (LGP), e que outros já concluíram com sucesso licenciaturas, mestrados e doutoramentos, é imperativo permitir-lhes o acesso ao conhecimento na sua Língua Natural (LN) em todos os locais, começando especialmente naqueles de maior relevância para os mesmos, nomeadamente, o Património Histórico. As pessoas Surdas utilizam a LGP como a sua LN, sendo a Língua Gestual (LG) uma essencial forma de acesso à informação, comunicação, educação e influenciando as pessoas s/Surdas na sua

(...) forma de pensar, as normas de comportamento, os valores e outros elementos característicos da sua cultura, dos quais depende a formação da sua identidade linguística e social (Jokinen, 2006:84).

Considerando que atualmente vivemos numa sociedade do conhecimento e da informação, é indispensável dar ferramentas e capacitar os diferentes grupos de pessoas para responder às necessidades do seu dia-a-dia, nomeadamente lacunas que possam ter surgido no decorrer do contexto escolar ou por forma a complementar o conhecimento já adquirido.

Na estrutura deste Trabalho de Projeto, o primeiro capítulo apresenta a relação entre deficiência e exclusão social. São abordadas as questões de desigualdade de oportunidades, marginalização e a deficiência enquanto fator condicionante para esta exclusão. Reflete ainda sobre as perspetivas e modelos de abordagem da deficiência, procurando responder à pergunta “Surdez como deficiência?”. O capítulo número dois explora o papel do Estado, nomeadamente as suas funções e obrigações com base nos instrumentos existentes e ratificados pelo mesmo. Os impactos do empreendedorismo social e da inovação social enquanto instrumento de inclusão e *empowerment*, o perfil do empreendedor serão o enfoque do capítulo número três. No capítulo número quatro, para compreender de forma mais articulada algumas questões que serão abordadas ao longo do projeto, é realizada um pequeno resumo da História dos surdos em Portugal e no Mundo, centra-se na LG como forma de comunicação, no reconhecimento da língua e nos Intérpretes de Língua Gestual Portuguesa (ILGP). Antes de abordar a metodologia utilizada, reflete-se no capítulo cinco acerca da importância da acessibilidade para o público surdo, especialmente o Património Histórico, refletindo também acerca da importância da legendagem como recurso acessível. A metodologia é apresentada no capítulo seis descrevendo-se as finalidades e objetivos da investigação proposta.

Encerram-se os capítulos do trabalho com a apresentação detalhada dos resultados do protótipo construído, como proposta de cultura acessível para pessoas surdas da Janela do Capítulo do Convento de Cristo em Tomar, através da análise das várias etapas de trabalho com base no ciclo da inovação social, no capítulo sete. Por último a argumentação final do projeto e de seguida as propostas para investigações futuras.

CAPÍTULO 1. A RELAÇÃO ENTRE DEFICIÊNCIA E EXCLUSÃO SOCIAL

A Declaração de Direitos das Pessoas Deficientes refere que

o termo ‘pessoa com deficiência’ é aplicável a qualquer pessoa que não possa por si só responder, total ou parcialmente à exigência da vida corrente, individual e/ou colectiva, por motivo de qualquer insuficiência, congénita ou adquirida, das suas capacidades físicas ou mentais (Assembleia Geral da ONU, 1975:1).

No entanto, a “Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência”, refere e reconhece que o conceito de “deficiência” está em constante evolução pois resulta da interação entre as pessoas e as barreiras comportamentais e ambientais que impedem a participação plena e efetiva na sociedade em condições de igualdade com os outros (ONU, 2010).

É inegável que estas pessoas são vítimas de uma exclusão e desigualdade de oportunidades sentidas nas múltiplas áreas do quotidiano, da educação à saúde, do trabalho até ao envolvimento social. Deste modo, este grupo de pessoas é constantemente marginalizado e subvalorizado nas suas aptidões. A Organização Mundial de Saúde confirma essa ideia no seu Relatório Mundial sobre a Deficiência afirmando que

Muitas pessoas com deficiência não têm acesso igualitário à assistência médica, educação, e oportunidades de emprego, não recebem os serviços correspondentes à deficiência de que precisam, e sofrem exclusão das atividades da vida cotidiana (OMS, 2011:xxi).

contribuindo assim para que estas pessoas continuem sem se poder evidenciar e mostrar capazes perante a sociedade, fazendo com que a sua invisibilidade social e silêncio se perpetue. A abordagem da pessoa com deficiência segundo Filipe Venade, jurista surdo, depende do modelo que é seguido, ou seja, a sociedade no geral foca-se exclusivamente na reabilitação das pessoas consideradas deficientes, dependentes e incapazes (Filipe Venade, 2014). Este modelo encara as barreiras sociais existentes como elementos dificultadores da integração dos atores sociais, catalogando estas pessoas como “diferentes”. “Ao cariz assistencialista de um (modelo), opõe-se a defesa dos direitos das pessoas com deficiência.” (Portugal, 2014:29).

A exclusão verifica-se há tantos anos quantos existem de vida e socialização do Ser Humano, especialmente nas pessoas que se apresentam com características desviantes daquilo que se considera padrão. Estes foram sendo marginalizados, considerados inabilitados, sem direitos, vítimas de preconceito e de constante violação dos Direitos Humanos. Neste sentido, alguns membros da sociedade civil em ações próprias ou em parceria com instituições governamentais têm promovido ações (ações de sensibilização, manifestações, grupos de reflexão, fóruns) no sentido de implementar e garantir mais inclusão nos diferentes contextos diários. Preocupam-se ainda, não raras vezes, em exemplificar e demonstrar o potencial das pessoas que são frequentemente excluídas. Este é um dos caminhos através dos quais se pretende conceber o respeito e dignidade por qualquer Ser Humano possibilitando-lhe um completo desenvolvimento e vivência em ambiente e sociedade respeitadoras. Ocorrem outros casos em que a escassez de recursos financeiros impossibilita o acesso a determinados serviços ou, ainda, situações inseridas num contexto social e familiar desfavorável, onde o escasso acesso à informação desvaloriza o potencial e as capacidades destes indivíduos.

A deficiência, por si só, é um fator condicionante para estas pessoas serem excluídas pela sociedade, pelo olhar diminuto que esta lhes dirige, colocando-as automaticamente numa situação fragilizada. Essas mesmas pessoas têm baixos níveis de apoio social o que as obriga a sujeitarem-se frequentemente ao assistencialismo familiar por incapacidade financeira para serem independentes. Apesar de a busca pela normalidade ser permanente, como refere Fernando Fontes, a dependência de outrem perpetua a imagem da pessoa incapaz de tomar decisões, de gerir a própria vida, de emitir opinião, ou seja, daquele que necessita de alguém que decida por si. Tudo isto combina com a ideia dominante de deficiente dependente de familiares (Fontes, 2006).

No entanto, seria muito importante permitir que os próprios partilhem as suas experiências de deficiência para, com base nos seus testemunhos, avançar com perspetivas e estudos aprofundados sobre os modos de vida associados à deficiência.

Baptista refere-se ainda à exclusão como algo inato ao Ser Humano, por distintos motivos mas o principal é a diferença. Contrariar esta ideia exige uma mudança de mentalidades e informação da opinião pública pelo que são necessárias políticas fortes e adequação financeira à ação (Baptista, 2008). Assim, há outro contexto que não pode ser esquecido nesta reflexão sobre “exclusão” e “deficiência”, que são os media pelo seu papel preponderante na promoção de atitudes positivas que visem a inclusão de pessoas deficientes na sociedade. O tema da inclusão, para além do contexto educacional, deve

estar presente na grelha televisiva, seja em canais privados ou públicos, de modo a que possa ser abordado o tema da igualdade de oportunidades e do respeito pela diferença, pois, dar visibilidade às capacidades e habilidades das pessoas com diferentes características é, sem dúvida, uma forma de sensibilizar fazendo mudar de mentalidades. Apesar disso, as mudanças nas políticas públicas e sociais, a mudança de mentalidades perante o preconceito para com as pessoas deficientes e todas as transformações ambicionadas, podem tornar-se perversas pelo risco de transplantar valores e ideias sem se cuidar da distância para com o lugar onde estes germinaram (Martins *et al*, 2012:55), uma vez que existem discussões que só fazem sentido em determinados contextos e perante determinada situação. Significa que, por exemplo, só faz sentido discutir questões relativas às pessoas Surdas caso se compreendam valores linguísticos e culturais desta comunidade. Atendendo a esta ideia, Anita Ghai chama a atenção “para a necessidade de compreendermos a deficiência de uma forma contextualizada, isto é, enquanto parte de um contexto social específico.” (*apud* Fontes, 2006:23) Desta forma surge assim a reflexão acerca da surdez como uma deficiência ou não.

1.1. A SURDEZ COMO DEFICIÊNCIA?

Os modelos de interpretação e explicação das diferenças vitais são encarados como as diferentes formas de olhar a deficiência. Estes evoluíram ao longo do tempo, tornando-se mais humanizados. São adotados pelas diferentes esferas, desde a educação à vida quotidiana, orientando as ações sociais decorrentes das pessoas deficientes.

Os modelos que aqui apresentamos são o modelo médico da deficiência e o modelo social e cultural da deficiência. O primeiro, como o próprio nome indica refere-se a uma situação médica e funcional, como uma patologia que tem de ser tratada e curada. O segundo considera a deficiência como uma relação social e condição humana como outra qualquer. Uma condição humana que se entrelaça com qualquer outra.

1.1.1. O modelo médico da deficiência

O modelo médico centra-se na patologia, reabilitação e limitação física, refere o acontecimento como “tragédia pessoal” (*apud* Martins *et al*, 2012:46) e naturaliza as “putativas limitações funcionais” (Martins *et al*, 2012:46).

Este modelo defende, implicitamente, a ideia de que a pessoa deficiente deverá adaptar-se à sociedade e não ao contrário. É o que decorre da International Classification

of Impairments, Disabilities and Handicaps (ICIDH), criada em 1980 pela Organização Mundial de Saúde, que descrevia como

sequência linear, as condições decorrentes da doença: Doença → Deficiência → Incapacidade → Desvantagem.[...] As debilidades desta classificação foram claras devido à falta de relação entre as dimensões que a compunham e a não abordagem de aspectos sociais e ambientais (Farias e Buchalla 2005:189).

Esta perspetiva concentra-se no tratamento para resolver o problema, identifica-o como doença e procura sobretudo a “cura do mal” através da prestação de cuidados de saúde e/ou tecnologias de apoio. Na perspetiva médica o mais importante e valorizado é a forma de corrigir a surdez através de implantes cocleares, próteses auditivas e outros meios de potenciar ganhos oro-auditivos. Estas alternativas, que constituem decisões determinantes para a vida destes indivíduos, são delegadas, não raras vezes, à classe médica que é vista como fonte máxima do saber e cuja opinião é a mais respeitada na sociedade contemporânea. A regra é sempre que a pessoa surda seja ou possa ser normalizada, remetendo esta perspetiva para a falta de algo ou incapacidade para fazer alguma coisa.

No que respeita a comunidade surda, este modelo encara o indivíduo como tendo um “défice de audição”, uma falha com necessidade de ser reabilitada. Este modelo tem vindo a criar diferentes controvérsias e debates acerca do tema pois considera-se esta perspetiva como uma forma para a normalização reduzindo assim a variação humana, caindo num discurso contra a classe médica. Bauman e Murray defendem a diversidade humana como uma forma saudável de existência, exemplificam recorrendo a uma metáfora:

We are more familiar with the negative implications of monocultural farming practices on biodiversity, whereas we are less aware of the effects of loss in linguistic and cultural diversity. If greater biodiversity is an indicator of the health of an ecosystem, the correlation suggests that greater linguistic and cultural diversity is an indicator of health of a social ecosystem (Bauman e Murray, 2014:xviii).

Considera-se que muitas vezes a cultura e identidade surda, as capacidades supranaturais de perceção espacial não são apresentadas nem clarificadas aos

responsáveis pelo bebê, criança, jovem ou até ao próprio adulto (Lane, 2006:37). No entanto, há surdos que encaram a surdez dentro desta visão de patologia/perda e os próprios poderão afirmar que não são surdos, mas apenas ouvem mal. Geralmente, quem se identifica com esta perspectiva de deficiência auditiva não é utilizador de LGP, ou pelo menos, preferem Português como língua primeira. Estas pessoas, segundo Paddy Ladd, são surdas com “s” minúsculo, pois identificam-se com uma experiência audiológica e reabilitacional, independentemente de nascerem surdos ou ensurdecem mais tarde (Ladd, 2003).

1.1.2 O modelo social e cultural da deficiência

Mais recentemente, a Classificação Internacional de Funcionalidade (que substituiu a ICIDH) adota um modelo da deficiência baseado numa perspectiva biopsicossocial, que está fundamentada na funcionalidade e cobre os componentes de funções e estruturas do corpo, atividade e participação social (Classificação Internacional de Funcionalidade, 2004). Este modelo é compreendido como social e não individual, ou seja, imputa a responsabilidade da exclusão e inadaptabilidade à sociedade, que é incapaz de se ajustar à diversidade, e não aos seus diferentes como incapazes de se adaptarem à sociedade, pois as suas características e as suas capacidades são vastas, mas não têm lugar onde se revejam e se possam desenvolver.

Neste modelo, a surdez é encarada como uma característica específica e singular da pessoa e não como uma incapacidade. Filipe Venade afirma no livro “Os Direitos Fundamentais das Pessoas Surdas” que seria redutor afirmar que os surdos são apenas pessoas portadoras de deficiência auditiva (Venade, 2014). Aqui a perspectiva acerca da igualdade de oportunidades supõe a transição da conceção tradicional da surdez como deficiência para diferença, uma vez que nesta conexão terminológica não cabe a palavra deficiência, mas sim uma identidade e uma cultura surda. Nesta configuração da realidade, a pessoa surda não é portadora de deficiência.

Todavia, a forma como as pessoas veem e se identificam com a deficiência continua a ser determinante para as ações e postura perante a mesma. Desde logo, pela invisibilidade social das pessoas com deficiência que “resulta da sua exclusão da arena pública e não da sua reduzida relevância populacional” (Martins, 2005:7). Este poderá ser um dos entraves ao “abrir da mente” para uma investigação centrada no que a pessoa é e sabe fazer em detrimento do que ela não é capaz, ou seja, a utopia é a visão do Ser enquanto indivíduo com capacidades. A mudança de *status quo* implicaria demasiadas

transformações e adaptações o que não facilita esta mudança na investigação para algo mais próximo e interativo. “A deficiência deverá ser, assim, encarada como construção social e [...] consideradas as suas variações culturais sociais e temporais” (Fontes, 2006:23).

No âmbito da perspectiva antropológica, a surdez e as pessoas surdas são encaradas e respeitadas pela sua individualidade e identidade, permitindo que sejam desenvolvidas potencialidades nos diferentes domínios humanos e sociais de forma natural. Nesta perspectiva é demolida a visão do surdo enquanto deficiente, para se preconizar e defender a sua pertença a uma minoria linguística e cultural. Ladd considera estas pessoas como Surdas com “S” maiúsculo, surdas de nascença, ensurdecido na infância ou mais tarde, desde que se identifiquem com a Comunidade, a Língua e a Cultura Surda e que as sintam como essenciais e basilares nas suas vidas (Ladd, 2003)

1.2. Os Surdos são deficientes?

Para a maioria dos ouvintes aceitar, valorizar e estimar a comunidade surda é ainda difícil ou mesmo impossível, pois estão habituados a pensar nestas pessoas com base na sua patologia, no tratamento para a sua falta, na deficiência. Esta redutora e segregadora visão de anormalidade impossibilita as pessoas surdas de serem consideradas normais. Humphries classificou este tipo de atitudes como audismo uma vez que se vêem os fatores biológicos como determinadores das capacidades individuais da pessoa surda e que, com base no mesmo conceito, acaba afetando a pessoa surda e as opções que esta poderia tomar (*apud* Lane, 2006). No entanto, coloca-se aqui uma pertinente questão que é: o que é ser normal? Se todas as pessoas são diferentes e têm características que as tornam únicas, seremos então todos anormais?

O audismo tem permanecido na História ao longo dos tempos, com o consentimento da maioria da população de forma, por vezes, camuflada e dissimulada com discursos ilusórios da “inclusão” onde nas suas entrelinhas se compreendem posições de “coitadinhos”, “caridade”, “assistencialismo” e “subordinação”. A maioria das pessoas pensa ainda num “conjunto de significados socialmente interpretados” (Lane, 2006:35) quando pensa numa pessoa s/Surda. São ainda estigmatizados como pessoas dependentes, com pouca escolaridade, deficientes e cognitivamente limitados em comparação com a comunidade ouvinte. Esta é logo à partida uma forma de exclusão e discriminação pois são, sem dúvida, ocorrências frequentes na vida dessas pessoas, que se veem discriminadas não só pelas políticas públicas como também pelas

palavras/formas de tratamento associadas à ideia de que lhes falta algo. Enquadra-se esta perspetiva no modelo médico de incapacidade e dependência das pessoas, em que o poder de decisão é dado exclusivamente ao profissional de saúde (Lane, 2006) e o foco apenas no que se perde devido à surdez e não no que se ganha com a surdez. Os ganhos são descritos por Bauman e Murray como um conjunto de características associadas a estas pessoas como uma cognição espacial superior, melhor reconhecimento facial, processamento periférico e maior rapidez de deteção de imagens (Bauman e Murray, 2014). Estes ganhos podem ser explicados pelo desenvolvimento da capacidade visual pelo uso da Língua Gestual e obrigatório contacto visual entre utilizadores desta língua.

Os progressos “normouvintizadores” têm vindo a modificar e a rarefazer a riqueza da diversidade tentando criar um modelo normalizado e único de estar e encarar o mundo. Não estando de acordo com esta situação e pelo direito que assiste a todos os s/Surdos de serem tratados como tal, continuam as lutas unidas das associações da comunidade contra as condutas ouvintistas. Bauman e Murray refletem acerca do tema dizendo que

Evolutionary biology theorizes that all species evolve by natural selection, with genes not optimal for survival being weeded out either by their carrier's dying out or by carrier's not finding reproductive partners. Yet the gene for deafness has stubbornly persisted across thousands of generations and is found everywhere in the world. This alone should indicate that deafness is not an evolutionary error but a natural human variation that continues to thrive (Bauman e Murray, 2014:xix).

Existe, para além do próprio indivíduo deficiente, a sua família que se queixa da forma pouco clara e explícita, como são informados acerca da deficiência, ou seja, muitos deles são encaminhados para consultórios com a perspetiva de curar os seus filhos, ignorando maioritariamente, alguns por desconhecimento, a “outra” forma com a qual os filhos poderão experienciar as suas diferentes características. No caso da surdez passa pelo envolvimento com a comunidade surda, as suas atividades, as associações de surdos, a sua língua, a Língua Gestual Portuguesa. Nesta visão, os indivíduos utilizam a sua LN, a LG que é um fator de orgulho. Este orgulho é classificado por Paddy Ladd, investigador na Universidade de Bristol, como Deafhood que é frequentemente traduzido em português como surdidade ou orgulho surdo (Ladd, 2003). Este conceito pressupõe a aceitação, reconhecimento, emancipação e identificação da pessoa surda com uma comunidade e acima de tudo com a Língua Gestual. Deafhood é encarado como uma

viagem de descoberta e compreensão do que é ser Surdo, uma exploração da Língua, cultura e herança surda (*ibidem*). A posição de descoberta e esta visão do mundo Surdo rejeita a opinião do modelo médico onde se encara a surdez como défice, se foca na audição, nos problemas de comunicação, no ouvido, esquecendo-se do Surdo enquanto pessoa. O Deafhood representa um caminho positivo, uma forma segura e feliz de compreender a surdez, trazendo felicidade e a sensação de liberdade às pessoas Surdas. Ao descobrir o Deafhood passam a sentir-se mais confiantes e orgulhosas de serem Surdas, descobrindo-se ferramentas para lutar contra a opressão a que estão sujeitas (*idem*). Ganham força para resistir, não aceitando as disposições colonizadoras das pessoas ouvintes e posicionam-se de forma positiva relativamente à sua forma de viver enquanto Surdo. A opressão faz com que as pessoas se sintam vazias, mas através do caminho que o Deafhood propõe as pessoas descobrem-se e prezam-se. Esta perspetiva interliga-se incontestavelmente com o modelo sociocultural e antropológico da surdez, e entendido por Paddy Ladd como uma vulnerabilidade que é uma força.

Tal como o Deafhood de Paddy Ladd, o Deaf Gain é um conceito relativamente recente em Portugal e de uma forma muito sucinta define-se como a compreensão da surdez não como uma perda, mas pelo contrário, como um ganho/benefício primeiramente para a própria pessoa surda e depois para a sociedade.

Relativamente ao contexto educativo, é importante esclarecer que a educação formal de pessoas surdas não é realizada de forma mais simples ou limitada comparativamente com os ouvintes, comprovado pela existência de pessoas formadas em quase todas as áreas, o que demonstra o aumento do leque de possibilidades e oportunidades existentes para os surdos. Desta forma, fica também provado que o interesse das pessoas surdas se suplanta para além das preferências básicas, tendo particular prazer e a necessidade de poder aceder a materiais que vão ao encontro dos seus interesses. Para que tal aconteça basta que lhes seja possibilitado o acesso linguístico à informação pois é a única barreira existente.

Queremos com esta reflexão dizer que poderão ser interligados modelos e perspetivas que permitam às pessoas viverem a sua cidadania e os seus direitos posicionando-se no que possa ser mais vantajoso para si, seja qual for o caminho escolhido, desde que informado e exemplificado através de diferentes casos de sucesso.

A evolução da medicina tecnológica trouxe para a Comunidade Surda diferentes dilemas e debates como, por exemplo, a diminuição da percentagem de pessoas surdas, a decisão de querer ou não ouvir, entre outros que criam um novo paradigma identitário

para aqueles que nascem surdos e, independentemente das suas escolhas, serão para sempre surdos.

Pretendemos por fim responder à questão de partida, são os surdos deficientes? Não. Apenas tem de lhes ser facultada a informação na sua língua para que assim não fiquem em desigualdade para com as pessoas ouvintes, ou seja, um surdo tendo a sua língua para comunicar está apetrechado das suas próprias ferramentas, não sendo evidentes outras limitações. Este é um dos motivos pelo qual não se consideram deficientes.

CAPÍTULO 2. O PAPEL DO ESTADO

O Estado Português não tem tido um papel preponderante nestes avanços sobretudo se se tiver em conta que, segundo as Regras sobre Igualdade de Oportunidades aprovadas pela ONU em 1996, os Estados devem assumir a criação de medidas específicas na área das políticas sociais facilitadoras da integração de pessoas com deficiência, incentivando à promoção de igualdade em todos os contextos, nomeadamente entre os empregadores que devem adaptar os locais de trabalho (ONU, 1996). Ora, como Martins refere:

as políticas sociais ora se mostraram insuficientes, ora informadas por uma visão muito parcial das transformações necessárias à participação das pessoas deficientes na vida social (Martins, 2005:6).

O mesmo se pode dizer das organizações da sociedade civil, uma vez que nem sempre estas assumem um papel interventivo na luta pela defesa dos direitos das pessoas com deficiência. Tal acontece devido a vários fatores, designadamente às necessidades com que elas se deparam e que as obrigam a procurar melhores condições de vida para estas pessoas ao invés de lutar para mudança das políticas públicas, pois a sua visão/missão tem como prioridade acabar com os condicionalismos e limitações dos seus grupos alvo (Fontes, 2006). No que concerne à vida das pessoas surdas é frequente assistirmos a esta dicotomia.

Em tempos presenciamos a proibição do uso da LGP no Congresso de Milão, ou seja, violaram-se, com esta decisão, diversos direitos humanos já reconhecidos e como afirma Joana Pereira “A proibição das línguas gestuais nas escolas conduziu a um progressivo crescimento de um tipo de discurso onde a pessoa surda é vista como um indivíduo isolado” (Pereira, 2013:71) trazendo-lhe imensas penalizações no seu desenvolvimento. Mais tarde, no ano de 1988 o Parlamento Europeu reconheceu as Línguas Gestuais como Línguas da Comunidade Surda. Foi ainda elaborada em 30 de março de 2007, e assinada pelo Estado Português, a Convenção das Pessoas com Deficiência, que é um documento com o intuito de relembrar efetivamente os princípios da Carta das Nações Unidas, que reconhecem a dignidade e o valor a todas as pessoas, assim como os seus direitos iguais e inalienáveis como base fundamental. A ratificação portuguesa deste documento revela a extrema importância do desenvolvimento e reconhecimento dos Direitos Humanos nesta área. Sabemos que o Estado tem aqui um

papel influente, pois não existem Direitos Humanos caso não haja força e ação do poder político e das organizações envolvidas.

A igualdade de oportunidades e acessibilidade plena é um ponto coincidente nos instrumentos e diretrizes de regulamentação acerca dos direitos das pessoas com deficiência, no entanto, as barreiras continuam a existir e fazer com que estas pessoas se deparem com dificuldades e obstáculos à sua plena relação com o mundo. As barreiras permanecem para as diferentes pessoas e em diferentes dimensões, sejam elas físicas, sociais, económicas, educacionais, comunicacionais, entre outras. As pessoas surdas ao serem privadas do acesso à informação e comunicação em diferentes contextos, e muitos deles considerados básicos, como por exemplo, saúde e educação, estão também a ser vítimas destas barreiras e de uma clara violação dos Direitos Humanos. O artigo 19º da Declaração Universal dos Direitos Humanos é claro enunciando que

Todo ser humano tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras (Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948).

Uma vez que este ponto não é cumprido, estamos perante um incumprimento e violação ao direito de receber e transmitir informações. A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e Protocolo Opcional nos seus artigos 3º. e 9º., refere também como princípio geral a acessibilidade e igualdade de oportunidades que, em particular para as pessoas surdas estão intrinsecamente ligadas, pois a sua única barreira é linguística. Estando privados da acessibilidade ficam automaticamente sem acesso à informação e conseqüentemente penalizados na igualdade de oportunidades. Esta questão é relatada na primeira pessoa por Armando Baltazar afirmando que "O maior problema da comunidade surda atualmente é a barreira de comunicação existente entre o mundo surdo e o mundo ouvinte" (Baltazar, 2015). O acesso à informação é um direito individual extremamente relacionado com o direito de liberdade de expressão e autonomia pois só assim é possível a troca de ideias entre pares e restante sociedade assim como conseqüente tomada de decisões. Assume também um importante papel no campo coletivo, ou seja, a informação é fundamental no *empowerment* dos cidadãos assim como no desenvolvimento da cidadania, garantindo a sua participação nos diferentes setores da

vida. A acessibilidade deve ser garantida em todas as esferas da sociedade seja no meio físico ou no acesso à informação e comunicação,

os Estados devem desenvolver estratégias com o objectivo de tornar a documentação e os serviços de informação acessíveis aos diferentes grupos de pessoas com deficiência (Comissão Nacional para as Comemorações do 50º Aniversário da Declaração Universal dos Direitos do Homem e Década das Nações Unidas para a Educação em Matéria de Direitos Humanos, 2008:469).

Estes documentos e instrumentos elaborados são detentores de importantes tópicos e informações para reflexão, no entanto, estas orientações são de fraco impacto por si só. É necessário passar da teoria à prática quer por parte das instituições e organizações responsáveis, quer pelo governo, de modo que a sua aplicação tenha consequências importantes para a comunidade e permita o desenvolvimento e capacitação dos diferentes grupos. É ainda pertinente referir um relevante documento resultante da Conferência Mundial de Educação Especial decorrida em Salamanca entre 7 e 10 de junho de 1994. A “Declaração de Salamanca” centra-se no dever de o contexto educativo ser encarado por excelência como local de inclusão. Os pontos-chave referidos são o direito à educação e oportunidade com um nível adequado à aprendizagem de cada um; o reconhecimento das características únicas e *sui generis* de cada criança na sua amplitude; a perspectiva de escolas regulares para todos e uma pedagogia centrada na criança satisfazendo as suas necessidades, onde estas mesmas escolas devem ser meios inclusivos, orientadores e acolhedores para todos, funcionando ao mesmo tempo como meios de combate a atitudes discriminatórias. Nesta Declaração são ainda imputadas diretamente responsabilidades aos governos de cada país, devendo estes atribuir prioridade na melhoria dos sistemas educativos para que todos possam ser integrados independentemente das suas características; adotar o princípio de educação inclusiva em forma de Lei ou política (escola regular para todos); desenvolver projetos de intercâmbio e mecanismos de incentivo à participação; encorajar e facilitar a participação da comunidade (família, amigos, organizações) nas tomadas de decisão do público a quem diga respeito; garantir formação de professores adequada às diferentes características e necessidades de cada criança ou jovem; articular trabalho com organizações de âmbito internacional; reforçar a cooperação técnica e redes de trabalho no âmbito da educação especial; estimular a pesquisa académica para criação de centros de informação e

documentação; mobilizar fundos para apoio a estas escolas no sentido de serem desenvolvidos novos projetos.

Esta Declaração, em linhas gerais, é considerada de qualidade e detentora de importantes contributos. Porém o que é descrito fica aquém da possibilidade de uma mudança sistémica na forma de pensar e de agir de um sistema educativo, uma vez que os problemas de exclusão, neste caso em ambiente escolar, são maioritariamente anteriores ao período de escolarização. Os processos de exclusão são iniciados no nascimento, quando a deficiência é descoberta, quando adquirida pelo próprio ou em algum elemento da família, este processo é comum em geral nas famílias e não ocorre apenas em famílias desfavorecidas.

Os pontos referidos na Declaração de Salamanca, na legislação Portuguesa e Europeia podem complementar-se enquanto instrumentos que podem beneficiar a Comunidade Surda, assegurando o acesso à comunicação e à informação nos diferentes contextos. Porém, colocar estas ferramentas em prática depende de agentes sociais, que maioritariamente não conhecem as características da surdez, da comunidade surda, os modelos ou ideologias com que estes se identificam. Desta forma criam ideias preconceituosas que acabam por interferir no processo de inclusão das pessoas surdas na sociedade, prejudicando o processo de colocar estas Leis, Decretos-Lei e diferentes instrumentos em prática.

Estes documentos e legislação permitem assim garantir e proteger os direitos de cidadania e a igualdade entre os diferentes agentes, o que é um avanço inquestionável. A visão jurídica passa também a ser inovadora, uma vez que se passa da impossibilidade de deter património ou receber herança, para cidadãos de plenos e iguais direitos. Esta mudança está também ligada à nova perspetiva e forma de encarar o modelo social, no qual a deficiência não é encarada pelas suas limitações pessoais decorrentes de uma patologia. A ideia crucial é a de substituir o chamado modelo médico por um modelo social, focado em reabilitar a sociedade para eliminar os obstáculos e os muros de exclusão. Desta forma e com base nesta ideia é garantindo ao deficiente uma vida independente e a possibilidade de ser inserido em comunidade. Tal como já referido, os documentos apresentados fundamentam a inclusão da pessoa com deficiência nos mais variados contextos da vida proibindo a discriminação em virtude da inadaptabilidade ao meio. Sabemos que estas recomendações têm incentivado e permitido às pessoas com deficiência frequentarem a escola, acederem à informação e serem contratadas por empresas, contudo aquém do desejado. A garantia da aplicação de legislação e

recomendações é assegurada por meio das possíveis sanções e multas que desta forma procuram garantir o cumprimento obrigatório da Lei, deixando de estar dependente da vontade dos intervenientes. Por outro lado, cabe também aos cidadãos de forma individual ou coletiva, assegurar, denunciando, situações de violação e privação do exercício dos seus direitos fundamentais.

CAPÍTULO 3. A IMPORTÂNCIA DO EMPREENDEDORISMO SOCIAL E DA INOVAÇÃO SOCIAL ENQUANTO INSTRUMENTOS DE INCLUSÃO E EMPOWERMENT

O conceito de empreendedorismo é lato e com diferentes interpretações consoante os autores, ou seja, diferentes definições para diferentes pessoas o que pode causar alguma confusão. No entanto, este conceito é maioritariamente associado à criação de empresas do setor empresarial, ou seja, a uma forte componente capitalista e aos lucros que esta pode gerar.

Diferentemente, o conceito de empreendedorismo social “opõe-se à lógica de lucro capitalista, ou seja, este ‘não obriga a um objetivo lucrativo’” (Dees, 2001).

Empreendedorismo e o conceito explícito de empreendedor social surgiram recentemente, no entanto, há muito que existem pessoas empreendedoras, que criaram instituições e através de ideias arrojadas incentivaram e promoveram desenvolvimento económico e social. “O fenómeno do empreendedorismo social emerge no contexto de crise e desafios sociais, económicos e ambientais com que se têm vindo a deparar as sociedades contemporâneas” (Parente *et al*, 2011:268). Segundo Querette, estas características da modernidade, globalização e transformação da identidade são fatores que influenciam indubitavelmente a forma como as pessoas se relacionam no seu quotidiano e as relações que mantêm com os sistemas. O mesmo autor refere ainda que “a principal característica da sociedade atual é a existência de relações de troca em contextos dissociados do espaço e tempo, gerando incerteza” (Querette, sd:1).

No contexto da atual de uma sociedade pós-industrial, surge a necessidade de inovar socialmente atendendo às transformações da estrutura social e repercussões nas dinâmicas de exclusão social. Estas inovações sociais são entendidas como processos de transformação com vista à obtenção de respostas a necessidades sociais profundas, modificando e transformando os princípios existentes. Na verdade, é do reconhecimento de problemas complexos da realidade (sem resposta eficaz por parte do Mercado e/ ou do Estado) e da consciência que esses problemas se podem assumir também como oportunidades de mudança que a discussão sobre inovação social ganha relevância a nível internacional (BEPA, 2011).

3.1 Quem é o empreendedor social? De que forma é que o perfil do empreendedor social inspira a inclusão social e *empowerment*?

O surgimento do empreendedor social resulta, em boa parte, do enfraquecimento do Estado do bem-estar social e do fortalecimento das empresas, mas também de uma

maior participação democrática e da necessidade de revolucionar e fazer de forma diferente.

Os empreendedores sociais são alguém que age em “prol da coletividade” procurando ser inovadores e promover transformações e mudanças sistêmicas sustentáveis. Caracterizam-se também pelo objetivo de criar impacto (gerar melhorias efetivas) e não pela criação de riqueza (Dees, 2001). A promoção do desenvolvimento dos cidadãos e a sua inclusão na sociedade através da aprendizagem de novas competências, desenvolvendo o empreendedorismo e promovendo a mudança de mentalidades são fatores extremamente importantes para que empreendedorismo, *empowerment* e inclusão permaneçam unidos.

O empreendedor social é alguém que associa a sua paixão com a razão, procurando sempre uma oportunidade para capacitar grupos vulneráveis e frequentemente com menos oportunidades, não deixando que as possíveis barreiras iniciais limitem o seu trabalho e ideias. Este, quando deteta uma oportunidade foca-se no que a mudança pode oferecer em vez dos problemas que podem surgir (*Ibidem*). Drucker corrobora afirmando que “os empreendedores não têm de provocar mudanças, têm de explorar oportunidades que são criadas pela mudança” (*apud* Dees, 2001). Tendo em conta as oportunidades que surgem, com estas mudanças é essencial que fique claro que tendem a facilmente captar e descobrir as novas oportunidades de forma original. A missão desta pessoa está sempre intrinsecamente relacionada com uma missão e um trabalho social claro e central. Segundo Dornelas, os empreendedores são pessoas diferenciadas, que possuem motivação singular, apaixonados pelo que fazem, não se contentam em ser mais um na multidão, querem ser reconhecidas e admiradas, referenciadas e imitadas, querem deixar um legado (*apud* Silva, 2008) Assim, pretendem fazer algo com repercussões globais, não necessariamente criando ou inventando mas sim “reformando ou revolucionando o padrão de produção” (Dees, 2001), isto é, não precisa de fazer de novo, mas sim fazer de outra forma que possa ser revolucionária ou provocar maior valor social. Dees afirma ainda que estes indivíduos são atores sociais que agem de forma a acabar com os problemas globais em vez de simplesmente atenuarem as repercussões, reduzindo assim as necessidades existentes e produzindo melhorias sustentáveis (*Idem*). Os empreendedores sociais surgem frequentemente como dirigentes destes projetos que são uma forma de colmatarem uma lacuna do Estado partilhando as suas ideias e ações com diferentes atores sociais, não só com os empreendedores mas também com os diferentes *stakeholders*. Vários são os estudos que pretendem caracterizar

o empreendedor social e perceber quais os traços preditores e catalisadores deste perfil. Bernardino e Santos dizem que “os dados revelam que os empreendedores sociais partilham de traços de personalidade comuns (...) marcado por um elevado nível de extroversão, de abertura à experiência e de conscienciosidade” (Bernardino e Santos, 2014). Atendendo à abertura que caracteriza os empreendedores sociais e à sua perspectiva relativa à evolução das concepções de autonomia e responsabilidade dos indivíduos, assim como uma visão de uma perfeita consciência dos instrumentos discriminatórios que estão alicerçados na sociedade, estes posicionam-se não raras vezes como impulsionadores do *empowerment*. Como afirma Pinto:

O caminho histórico que alimentou este conceito visa a libertação dos indivíduos relativamente a estruturas, conjunturas e práticas culturais e sociais que se revelam injustas, opressivas e discriminadoras, através de um processo de reflexão sobre a realidade da vida humana. (Pinto, 1988:247)

É nesta perspectiva de inclusão e *empowerment* para a Comunidade Surda que se inscreve o presente Projeto e não numa perspectiva paternalista e assistencialista, porquanto ela possibilita maior autonomia e escolha não estando dependente de quem possa transmitir informações sonoras e visuais através da LGP.

Relativamente ao perfil da pessoa que tem uma postura diferente e uma mentalidade mais aberta, como afirma Edson Oliveira, existe um perfil que caracteriza o empreendedor quanto aos seus conhecimentos, habilidades, competências e posturas. É claro que as ideias que apresenta são de um empreendedor social “ideal” e, por isso, será difícil encontrar alguém que corresponda a todos os parâmetros. Entre os conhecimentos por ele apresentados destacam-se o “saber aproveitar as oportunidades”, competências de gestão, “ser pragmático responsável” e “saber trabalhar de modo empresarial para resolver problemas sociais” (Oliveira, 2004). Estas habilidades devem ser tidas em conta por todos profissionais para desempenhar um bom trabalho, no entanto, há valores que merecem especial atenção por estarmos a refletir e a referir-nos ao âmbito social, ou seja, envolvendo pessoas e expectativas particulares (*idem*:11). Quando se abordam as questões burocráticas, o empreendedor social tem, normalmente, bastante dificuldade em esperar devido à sua “saudável impaciência”, atrever-nos-íamos a afirmar que esta postura de inquietude é imprescindível para o sucesso, pois estes não querem esperar pela mudança mas sim fazê-la acontecer. Estas pessoas são de extrema exigência consigo próprias

lutando pelo verdadeiro e efetivo impacto no que se envolvem. Os empreendedores são pessoas empenhadas em desenvolver as suas ideias, e que se esforçam ao máximo no sentido de as realizar.

Para que isso aconteça é necessário existir confiança dos intervenientes, pois só assim podem cativá-los e trabalhar com eles todas as potencialidades para alcançar o sucesso. Atualmente, o segredo já não é considerado a alma do negócio, revelando-se mais importante as relações das pessoas, entidades, parceiros, *stakeholders* como base impulsionadora para o decorrer do processo. Assim, neste contínuo desenvolvimento e busca de realização é importante que o empreendedor social tenha a capacidade de delegar funções de forma que, mesmo que o “inventor” desapareça ou esteja longe seja possível prosseguir. As ideias quando são divulgadas já têm sido pensadas e investigadas previamente, mas apenas num culminar de situações exatas estas são expressas, pois é quando estes sentem que depende da sua vontade e motivação resolver determinado problema pondo em prática essas mesmas ideias. Cada vez mais são necessários os empreendedores sociais para mudar a forma de ver e fazer. Somente com esta garra e dedicação característica destes indivíduos se poderá revolucionar e criar projetos e ferramentas que permitam o exercício de cidadania e fruição dos direitos fundamentais. Drayton referiu que “os empreendedores sociais não são conhecidos apenas por dar peixe ou ensinar a pescar. Eles não vão descansar até que tenham revolucionado a indústria da pesca”. William Drayton, fundador da Ashoka, quando foi entrevistado por Cunha foi questionado acerca do que é necessário para se ser empreendedor social e este referiu a criatividade, confiabilidade, fibra ética, ser visionário, prático e acreditar na sua visão para tentar mudar a forma como a sociedade se organiza (*apud* Silva, 2008).

Existe outro lado importantíssimo do perfil do empreendedor que de alguma forma influencia e afeta a sua relação com os projetos a que se propõe, que são as emoções. Gostaríamos de destacar a confiabilidade como uma das características de extrema importância nesta sociedade, uma vez que a falta dela levaria as pessoas a um estado de falta de objetivos e perda de identidade fazendo com que as transformações sociais fossem enormes. Esta característica é muito importante pois influencia a tomada de decisões que têm de ser feitas a todo o momento, sejam elas fáceis ou difíceis dependendo do grau de ligação que detemos ao objeto ou à situação. Apesar da decisão, incerteza, risco e emoção serem muito complexos e envolverem muitas variáveis que ainda não permitem conclusões claras, Baron “afirma que os estados afetivos servem de heurísticas e que são realmente relevantes para os julgamentos ou decisões a serem tomadas, pois

podem influenciá-las” (*apud* Alvarenga, 2011:20). As emoções estão presentes em todas as experiências do Ser Humano que pressuponham convivência ou interação pois como sabemos todos temos reações emocionais. Estas podem influenciar fortemente as próprias decisões racionais ou as dos outros quando estas envolvem risco e incerteza conduzindo as decisões a certos enviesamentos. No entanto, estas teorias e estudos permanecem pouco explorados, uma vez que

a importância da Emoção permanece, em parte, negligenciada, talvez porque a Emoção é tida como transitória e sem importância, ou ainda porque seus efeitos no sistema cognitivo são muito complexos, o que requer muito estudo (Alvarenga, 2011:23-24)

Apesar de tudo há alguns estudos que afirmam que a emoção afeta o julgamento e a tomada de decisão, alterando o comportamento dos decisores e vão mais além: afirmam que diferentes emoções influenciam de maneira diferente os sujeitos e que a emoção positiva interfere de forma diferente da emoção negativa *idem* (24)

Relativamente às características comuns entre empreendedores, a Schwab Foundation for Social Entrepreneurship aponta a paixão pelo projeto como uma característica primordial que contagia os outros, pois ela faz crer que todos podem contribuir para o desenvolvimento social e econômico da atividade. A postura prática e inovadora dos empreendedores perante um problema social, foca-se de tal forma em resolver a questão que acaba por assumir riscos que outras pessoas não assumiriam. A sua forma de estar e de agir fomenta e transmite um amor maior ao valor social e a questões de índole coletiva ou individual com o foco na transformação social sistêmica. Concluimos que o empreendedor é uma pessoa com um perfil especial e com inúmeras características fundamentais, no entanto, o perfil “ideal” apresentado é aquele que melhor se adequa às necessidades atuais, ou seja, ele está em constante mutação para se adaptar às necessidades e se manter atual. As emoções e demais características inatas ao ser humano são apontadas como realmente relevantes na forma de agir e conduzir os projetos por parte dos empreendedores sociais.

Têm sido diversas as áreas em que os empreendedores colocam em prática o *empowerment* ao serviço da inclusão social, desde a intervenção na área da deficiência, minorias, desemprego, pobreza, entre outras. O objetivo em qualquer uma das áreas é comum e consiste em garantir que toda a população sujeita à discriminação e exclusão

tenha a possibilidade de exercer os seus direitos e participar ativamente na sociedade. O *empowerment* pode igualmente servir de mecanismo fomentador de regulamentação aos poderes públicos e privados, promovendo a equidade dos recursos através de uma distribuição igualitária dos mesmos, favorecendo, assim, um maior envolvimento dos cidadãos no contexto político, económico, social e cultural.

3.2. Inovação social

O conceito de inovação é maioritariamente associado à tecnologia, ciência e lucro para concorrer e responder às ameaças e riscos concorrencial, no entanto,

no âmbito da inovação social, a alavanca não é a concorrência, mas sim a necessidade de vencer adversidades e riscos, embora a possibilidade de aproveitar oportunidades e de responder a desafios pareça ser também o grande incentivo (André e Abreu, 2006:127).

Com base em Ferreira apresenta-se de seguida as principais diferenças entre a inovação tecnológica e económica e a inovação social.

Inovações tecnológicas e económicas VS Inovações sociais

Inovações tecnológicas e económicas	Inovações sociais: -Organizacionais (melhoria ou criação org.) -Institucionais (modif. sistemas decisão, de poder, controle recursos)
Estudadas na economia	Estudadas na sociologia, ciência política, e outras
Os actores principais são as empresas, a motivação principal é o lucro	Os actores principais são Estado, actores colectivos, associações, a motivação principal é responder a uma necessidade social e/ou provocar a mudança social
Difusão pelo mercado	Difusão pela institucionalização
Crescimento económico como fim último	Mudança social como fim último

Tabela 1 (Ferreira, 2011)

Com base no Centre de Recherche Sur Les Innovations Sociales (CRISES) Inovação Social é uma intervenção que é iniciada por atores sociais de forma a responder a determinada necessidade ou aspiração, que pretende criar ou tirar proveito de uma oportunidade de ação, para que as relações sociais sejam modificadas e transformadas propondo novas orientações culturais (Lévesque, 2005). A definição adotada pela Iniciativa Comunitária EQUAL é mais abrangente, abarcando novas estratégias, conceitos, ideias e práticas que respondem a necessidades sociais de natureza diversa que pretendem ter a capacidade de satisfazer as necessidades das pessoas e das suas comunidades, assim como para transformar ou reforçar as relações sociais. Esta definição encara a conceção de novas modalidades e soluções de forma a construir uma sociedade mais aberta, mais justa, mais participada e conseqüentemente mais democrática. Esta perspectiva interliga-se em vários pontos com o que é apresentado pelo BEPA “Bureau of European Policy Advisers”, que define estas questões como sendo sociais nos seus fins e nos seus meios, “definimos inovações sociais como novas ideias [...] que simultaneamente respondem a necessidades sociais (mais eficazmente do que as alternativas)” (BEPA, 2011:7). O conceito de “Inovação” refere-se genericamente à competência para criar e implementar ideias novas que comprovadamente são suscetíveis de gerar valor, e o conceito de “Social” refere-se ao tipo de valor que a inovação espera produzir: valor menos centrado na ideia de lucro, mas mais relacionado com assuntos como a qualidade de vida, solidariedade, bem-estar e integração social. O BEPA apresenta ainda 3 tipos de abordagens e atividades sendo “Inovação pela Procura Social”- responde a necessidades que não são respondidas pelo mercado ou instituições públicas e se orientam para grupos vulneráveis na sociedade, item no qual se enquadra este projeto; “Mudança societal”- a fronteira entre o social e económico é diluída e pretende que uma transformação social de larga escala vendo a sociedade como um todo. Por último apresenta-nos a “Mudança Sistémica” como necessidade de reformar a sociedade no sentido de a tornar mais participativa fomentando a capacitação e o bem-estar (BEPA, 2011). O projeto SINGOCOM “Social Innovation, Governance and Community Building” identifica-se com o plano de projeto aqui apresentado uma vez também se refere a mudanças que pretendem levar a uma inclusão de grupos e indivíduos excluídos em várias esferas da sociedade, contrariando as forças que perpetuam e/ou fortalecem situações de exclusão social. Pretende adotar uma postura ética e de justiça social assentando em três pilares: satisfação de necessidades humanas básicas que não estejam ainda satisfeitas; mudança das relações sociais e a capacitação (Moulaert, 2007). Isabel

André e Alexandre Abreu caracterizam-na como resposta socialmente reconhecida que visa e gera mudança social em três domínios, na promoção da inclusão social, capacitação de agentes em processos de exclusão ou marginalização desencadeando mudança nas relações de poder (André e Abreu, 2006).

Assim e atendendo às diferentes definições e perspectivas, consideramos que nosso plano de projeto se identifica como uma inovação social enquadrando-se em pontos fundamentais como por exemplo na sua capacidade para responder a necessidades existentes num determinado grupo da sociedade considerado excluído e vulnerável. Promove a inclusão social e a capacitação das pessoas surdas através da informação na sua LN, possibilitando-lhes assim igualdade de oportunidades no que respeita ao acesso à informação. Atingidos os objetivos a que nos propomos possibilita ainda uma maior capacidade de agir em sociedade e de interações sociais.

CAPÍTULO 4. HISTÓRIA SOCIAL DA SURDEZ E A LÍNGUA GESTUAL

Far-se-á neste capítulo uma viagem pela História dos Surdos no Mundo e distintamente em Portugal, por forma a compreender e se contextualizar acerca das condições e da vida das pessoas Surdas, desde a perspectiva dos Gregos e Romanos que não reconheciam os surdos como humanos até ao Congresso de Milão onde foi proibida a Língua Gestual. De seguida aborda-se o contexto Português e os três períodos dos movimentos e filosofias que se viveram. A comunicação será abordada enquanto necessidade humana fundamental, nomeadamente a Língua Gestual e os Intérpretes como ponte de comunicação e mediadores linguístico-culturais.

4.1 História dos Surdos no Mundo

Podemos verificar no livro “A História dos Surdos no Mundo e em Portugal” de Paulo Vaz de Carvalho, que no Egito os Surdos eram adorados e tratados como deuses, serviam de mediadores entre os deuses e os Faraós, sendo que a restante população os temia e respeitava devido aos dons que detinham.

Os Gregos e os Romanos partilhavam a posição relativamente à pessoa surda. Esta não era considerada humana, pois nascia sem linguagem, e como tal, não eram considerados seres capazes de serem educados. Não usufruíam de direitos e eram marginalizados, pois os gregos pretendiam atingir a perfeição, o que se tornava inviável com seres imperfeitos, os surdos. Segundo o mesmo autor “os que nasciam surdos e mudos não tinham direito nem obrigações. Não podiam possuir propriedades, nem celebrar contratos.” (Carvalho, 2007:12). A fala era assim considerada pela maioria como um fator decisivo para o enquadramento legal dos surdos, apesar disso, em 360 a.C. Sócrates achou racional os surdos comunicarem com as mãos e o resto do corpo uma vez que não ouvem (Carvalho, 2007).

Na Idade Média, Santo Agostinho considerou e defendeu que as crianças surdas nasciam em famílias que estavam a ser castigadas pelos seus pecados, no entanto, estes poderiam aprender a comunicar através de gestos para a salvação das suas almas. É nesta altura, por meio da religião que começam a surgir os primeiros trabalhos na educação de surdos. Karen Oliveira citando Honora e Frizanco avança que

até ao século XV, os Surdos – bem como todos os outros deficientes – tornaram-se alvo da Medicina e da religião católica. A primeira estava mais interessada em suas

pesquisas e a segunda, em promover a caridade com pessoas tão desafortunadas, pois para ela a doença representava punição (*apud* Oliveira 2013: 25).

O arcebispo John de Beverley foi um dos impulsionadores destas tentativas, tentando ensinar orações a uma pessoa surda. Carvalho, refere ainda que a primeira informação que surge acerca da possibilidade de uma pessoa surda adquirir conhecimentos através de uma língua gestual ou oral surgiu por Bartolo della Marca d'Ancona.

É no século XVI, que se começa a compreender a educação de surdos de forma mais estruturada e acredita-se que era importante eles acederem à leitura e à escrita. Pedro Ponce de León, um monge beneditino Espanhol, foi assim considerado o primeiro professor de surdos. Este usava gestos básicos também bastante apoiados no alfabeto manual², para ensinar “a falar, escrever, rezar e a conhecer as doutrinas do cristianismo.” (Carvalho, 2007:19). Acredita-se que o silêncio vivido nos mosteiros e foi propício aos locais de culto tenham influenciado o desenvolvimento da Língua Gestual. Anos mais tarde, Juan Pablo Bonet mostrou interesse no trabalho desenvolvido pelo seu compatriota Pedro Ponce de León e utilizou o seu trabalho para a educação de outra pessoa surda.

Abade de L'Épée, nascido em 1712, é considerado o pai da educação de surdos, reconhece a existência da Língua Gestual, acreditando que a forma de educar as pessoas surdas deveria ser feita através de gestos metódicos³. Foi o primeiro a dar uma aula em grupo e inaugurou o método de ensino através da Língua Gestual. É também numa perspetiva religiosa, que a colocava em prática e desta forma as pessoas surdas poderiam aceder à palavra de Deus. No século XVIII, Jacob Rodrigues Pereira conhecedor e utilizador da Língua Gestual foi defensor da oralização para os alunos surdos, aproveitando a LG para ensinar a fala. Apesar de toda controvérsia acerca do seu método de ensino e dúvidas acerca do sucesso dos seus métodos, Jacob Rodrigues Pereira, passou mais tarde a aceitar que a comunicação visual era essencial entre surdos (Carvalho, 2007).

Foi no século XVII que espoletou o grande interesse nos estudos da educação de surdos, pois passou a ser vista como uma atividade muito rentável, dadas as regalias oferecidas pelas famílias mais abastadas aos educadores para que os seus filhos fossem instruídos, na oralidade e escrita, por forma a proteger o seu património que só poderia ser herdado pelos filhos surdos se estes adquirissem a fala (Oliveira, 2013)

² Sistema de representação das letras do alfabeto com as mãos.

³ Gestos criados com base na palavra escrita

Viveu-se mais tarde uma altura de grandes mudanças na história, devido às correntes de pensamento da época, que pretendiam renegar e acabar com as injustiças, com a soberania religiosa, com o estado absolutista e por último com os privilégios de parte da sociedade, uma vez que estes fatores distanciavam as pessoas da felicidade. É assim, que neste período da Revolução Francesa e Revolução Industrial se entra num antagonismo com os métodos de ensino de surdos, o oralista e o gestual.

Na Idade Contemporânea surge Abade Sicard, sucessor de Abade L'Épée, que se tornou um célebre educador de pessoas surdas, nomeado diretor do Instituto de Surdos-Mudos de Paris, apoiou a criação de vários institutos para surdos. Outra das figuras relevantes foi Jean Massieu que terá sido dos primeiros professores surdos no mundo. Itard, outro nome importante na educação de surdos, médico, tinha uma perspetiva de reabilitação e cura para as pessoas surdas tendo realizado várias investigações nessa área. Laurent Clerc que viveu na mesma época que Itard e terá ficado surdo devido a um acidente numa lareira, elegeu a Língua Gestual como forma de comunicação e educação de surdos. Também Thomas Gallaudet se interessou pela educação de surdos após conhecer a filha de um vizinho abastado que era surda. Este viajou pelo mundo procurando informação acerca do ensino de surdos uma vez que pretendia fundar uma escola para estes. Após os contactos e diligências é fundada em 1817 a primeira escola pública para surdos nos Estados Unidos da América. Inicialmente a língua usada era a língua gestual francesa que foi alterada e modificada dando origem à Língua Gestual Americana. (Carvalho, 2007; Oliveira, 2013)

Alexander Graham Bell, inventor do telefone, apesar de se ter casado com uma surda esforçou-se por defender a educação em método oralista (Carvalho, 2007). As ideias de Bell entravam em conflito com as defendidas por L. Clerc e E. Gallaudet, uma vez que o primeiro se focava naquilo que hoje é considerado o modelo médico da deficiência, ou seja, na reabilitação e os outros dois numa perspetiva social e cultural.

Sabendo que as abordagens através da LG defendiam e pretendiam o ensino e alfabetização da pessoa surda através dos gestos, as práticas oralistas opunham-se veemente a que tal acontecesse, defendendo que era um método precário, pobre, impreciso e que prejudicava os surdos. Estas posições trouxeram alterações drásticas e dramáticas às pessoas surdas. As alterações oficializaram-se em 1880 por meio do Congresso de Milão, que foi considerado fatídico para os surdos e para a sua História. Quase de forma unânime, foram tomadas decisões que determinaram que o ensino de surdos fosse realizado somente na oralidade. O oralismo puro foi apontado como a melhor

abordagem para a educação de surdos pela maioria dos representantes, na generalidade pessoas ouvintes. Estas mesmas pessoas defendiam a indiscutível supremacia da língua oral para o conhecimento em detrimento das Línguas Gestuais.

Neste congresso foram aprovadas oito resoluções que impunham em primeiro lugar o uso da língua oral na educação de surdos; segundo, preferir o uso apenas da língua oral uma vez que as duas em simultâneo prejudicam a fala, pensamento e raciocínio; terceiro, os governos deveriam tomar medidas fazendo com que todos os surdos recebessem educação; em quarto lugar, dever-se-ia primeiramente ensinar a fala aos surdos só depois a escrita (método intuitivo); quinto, os educadores de surdos defensores do método oralista, deveriam elaborar obras nesta matéria; sexto, após o terminus da educação formal, a língua oral deveria continuar a ser privilegiada de modo que não perdessem os conhecimentos adquiridos. A sétima resolução delibera que a idade mais favorável para receber uma criança surda na escola é entre os oito e dez anos, devendo permanecer na escola um mínimo de sete a oito anos, estando os educadores do método oralista puro condicionados a ensinar no máximo dez alunos simultaneamente. Por último, a oitava resolução prende-se com o objetivo de implementar com urgência o método oralista (para todos os que se encontrassem em percurso escolar) (Carvalho, 2007; Oliveira, 2013; Baalbaki e Caldas 2011).

Em consequência, os professores surdos foram retirados da docência e marginalizados, as línguas gestuais arredadas de todas as instituições e, inevitavelmente, a predominância do discurso médico fez-se sentir. Nestas escolas, a reabilitação e terapia da fala foram as metodologias aprovadas com o intuito de tratar e curar o problema. Os surdos eram castigados e descrevem este tempo com testemunhos arrepiantes, dramáticos e repressivos. No entanto, muitos, clandestinamente e em segredo continuavam a comunicar em privado através de gestos, com amigos, nos dormitórios das instituições e em locais onde sabiam não ser vistos pelos defensores e punidores oralistas.

4.2 História dos Surdos em Portugal

Em Portugal, a História de Surdos divide-se em três períodos, embora também tenha sido influenciada pelos movimentos e filosofias que se viveram no resto do mundo. O primeiro período, entre 1823 e 1905 caracterizou-se pelas metodologias gestuais com suporte na escrita. No reinado de D. João VI, a pedido da sua filha, mandou chamar Per Aron Borg a Portugal com o intuito de criar um Instituto à semelhança do que havia fundado em Estocolmo, o que veio a acontecer em 1823. As metodologias utilizadas

baseavam-se no método gestual e alfabeto manual, os surdos tinham também acesso à leitura e escrita e deveriam ter uma profissão que lhes permitisse ser independentes e autónomos.

Numa fase final do primeiro período, como consequência das mudanças ocorridas, surgem vozes discordantes a este método, dando início, anos mais tarde, ao segundo período, caracterizado pelas metodologias oralistas. Estas foram vigentes entre 1906 e 1991 através de métodos que se focavam no treino auditivo e da fala. Após 85 anos de método oralista em Portugal, inicia-se em 1992 o terceiro período no qual passamos a ter o modelo de educação bilingue, impulsionado por Maria Augusta Amaral e Amândio Coutinho, que conseguiram através de um estudo perceber que as potencialidades das pessoas surdas estavam aquém dos seus pares ouvintes. Neste caso pressupõe-se que a criança surda deverá fazer a escolarização através da sua LN, a LG e aprender a Língua Portuguesa (LP) como segunda língua. Este método transmite às crianças e jovens um ambiente que lhes permita o maior desenvolvimento possível nos diferentes domínios. Foram ainda aumentados os formadores surdos nas escolas como modelos de identidade para os jovens e crianças surdas (Carvalho, 2007). Ao abrigo do Decreto-Lei n.º 3/2008, de 7 de janeiro foi decidida por despacho a criação de Escolas de Ensino Bilingue para Crianças Surdas (EREBAS), de forma a garantir as adequações de carácter organizativo e de funcionamento. No artigo número 23 do mesmo Decreto são definidos os técnicos que devem trabalhar nestas escolas com os alunos surdos, nomeadamente, docentes de educação especial especializados em surdez, com competência em LGP e formação e experiência no ensino bilingue destes alunos; docentes surdos de LGP; Intérpretes de LGP e Terapeutas da fala. As EREBAS têm como objetivo a lógica do sucesso para todos e assegurando a LGP como primeira língua dos alunos surdos, o da LP escrita como segunda língua dos alunos surdos; “assegurar às crianças e jovens surdos, os apoios ao nível da terapia da fala do apoio pedagógico e do reforço das aprendizagens, dos equipamentos e materiais específicos bem como de outros apoios que devam beneficiar; organizar e apoiar os processos de transição entre os diferentes níveis de educação e de ensino; organizar e apoiar os processos de transição para a vida pós-escolar; criar espaços de reflexão e partilha de conhecimentos e experiências numa perspectiva transdisciplinar de desenvolvimento de trabalho cooperativo entre profissionais com diferentes formações que desempenham as suas funções com os alunos surdos; programar e desenvolver acções de formação em LGP para a comunidade escolar e para os familiares dos alunos surdos; colaborar e desenvolver com as associações de

pais e com as associações de surdos acções de diferentes âmbitos, visando a interacção entre a comunidade surda e a comunidade ouvinte.” (artº 23º, 25, al. c) a h) do Decreto-Lei nº3/2008). O terceiro período, referido mantém-se até à atualidade com base no Decreto-Lei já referido, que pretende que a educação das crianças surdas seja através de um modelo bilingue.

4.3. A Comunicação

“A comunicação é uma necessidade humana fundamental, vital. Comunicar é viver, é dinamizar o progresso, é transformar mentalidades e o mundo em favor do bem-estar social e da felicidade de todos os cidadãos, sem discriminações, sem exclusões.” (Guerreiro, 2002:368).

A comunicação assume diferentes formas, desde a oral, gestual, escrita, mímica. Independentemente da forma escolhida o que é basilar neste processo é a transmissão e compreensão de determinada informação que, caso não seja compreendida, não permite uma comunicação eficaz. Todo o ser humano necessita de comunicar, compreender e fazer-se compreender e como tal, foi desenvolvendo esta capacidade inata da linguagem, seja verbal ou não verbal, ao longo dos tempos. O processo comunicativo permite a interação entre pares desde o estado embrionário, através dele existem trocas de informação extremamente importantes para o desenvolvimento e aprendizagem. Este acontece em diferentes contextos, desde o familiar, escolar, trabalho, saúde, entre outros, como forma de partilha ou troca de ideias. O multilinguismo e o respeito pela diversidade cultural estão cada vez mais presentes no quotidiano da sociedade portuguesa. As pessoas cada vez mais entendem as diferenças como naturais e não como obstáculos que bloqueiam o normal funcionamento e sentem-nas como uma forma de riqueza e vantagem para todos. Podem ser considerados vários fatores como impulsionadores desta mudança, como por exemplo os movimentos migratórios.

No que concerne à comunicação das pessoas surdas, como assegura Regina Silva, estas “implementaram e aperfeiçoaram métodos visuais para conseguirem falar umas com as outras, criando assim as línguas gestuais.” (Silva, 2013:19) Este método de comunicação permite aos surdos transmitir e comunicar tudo o que desejarem assim como receber toda a informação pelo canal visual. Podem, através da Língua Gestual exprimir as suas opiniões, ideias, dúvidas assim como receber essa informação através de um Intérprete de Língua Gestual, de forma visual.

No entanto, o universo das pessoas surdas é bastante heterogéneo e diversificado, desde o seu grau de surdez, até às opções tomadas pelos próprios, pelos seus pais e/ou responsáveis pelas decisões determinantes para a forma de comunicação que a pessoa usa. Atendendo à diversidade das pessoas surdas estas não comunicam somente através da sua Língua Natural, a Língua Gestual, mas também de outros métodos que se possam adequar a cada um e às suas opções, desde o oralismo à comunicação por escrito.

4.4. As Línguas Gestuais e a Língua Gestual Portuguesa

As Línguas Gestuais são um símbolo poderoso de identidade nas culturas Surdas em todo o mundo. São fonte de orgulho dos que as gestuam, pelo que as comunidades Surdas se esforçam para conseguir obter um reconhecimento legal e proteção oficial das suas línguas. (Ladd, 2003)

As pessoas ouvintes, na sua maioria, são ainda desconhecedoras da Língua Gestual apesar dos esforços no sentido de a dar a conhecer ao público em geral e da exposição que esta vem assumindo nos diferentes contextos através da Interpretação em LGP, em conferências, meios de comunicação social, etc.

Ao contrário do que se possa pensar, as LG não são criadas com base nas gramáticas das línguas orais, ou inventadas para suprir necessidades de pessoas que são surdas. São detentoras de gramática e vocabulário, obedecem a uma sintaxe própria e complexa. Por ser uma língua natural e falada no seio de uma comunidade não é estática, pelo contrário é dinâmica e encontra-se em constante evolução e transformação.

O linguista William Stokoe foi pioneiro nos estudos da língua gestual e dos primeiros a referir que as línguas gestuais não são códigos de gestos mas sim línguas estruturadas e que permitem a comunicação (Stokoe, 2001). Jokinen afirma o mesmo dizendo que “Todas as línguas gestuais do mundo são tão naturais como as outras línguas” (Jokinen, 2006:100) simplesmente sendo produzidas de uma forma visual e tridimensional têm características diferentes. Estas são “resultado de uma construção humana variável de acordo com parâmetros culturais, históricos e condicionada pelo grupo que a utiliza” (Correia, 2009:58) resultando assim num meio de transmissão de valores, conhecimentos e cultura da comunidade surda. A mesma autora refere ainda que

As Línguas Gestuais devem ser encaradas como línguas humanas, na medida em que obedecem a parâmetros linguísticos universais, como a arbitrariedade, a convencionalidade, a recursividade e a criatividade. (*idem*:58)

Tendo este estatuto sido já conferido às LGs dever-se-iam assim dissipar os mitos que as associam à mímica. A língua gestual não é, nem assume, um carácter universal uma vez que ela depende de fatores sociais e culturais de cada comunidade que a utiliza e desenvolve pelos “hábitos comuns, comportamentos, interações sociais, dando origem a uma maneira especial de viver, expressando-a e mantendo-a viva!” (Sousa, 2015:9).

Os gestos são formados por queremas⁴ sendo eles a orientação da palma da mão, configuração da mão, movimento, localização e expressão não manual. Para explicitar este conceito passamos a ilustrar o gesto de AMOR:



Figura 1 Gesto de AMOR (Spread the Sign, 2012)

Neste gesto podemos observar a Orientação da Palma da Mão: emissor; Configuração da Mão: punaise; Movimento: toca e gira para cima e para baixo; Localização: peito; Expressão não manual: não existe.

Apesar de sabermos que a Língua Gestual é uma língua minoritária também é importante recordar que aceder à informação e à comunicação através da sua LN é um direito, que a Carta Europeia das Línguas Regionais ou Minoritárias ressalva como

⁴ Terminologia criada pelo primeiro linguista do séc. XX que estudou uma língua gestual, William Stokoe. Este investigador, ao estudar a American Sign Language (ASL) nos anos sessenta, nomeadamente as suas unidades mínimas, ou seja, algo que equivale aos nossos fonemas, vulgo sons, entendeu que chamar “fonema”, palavra que tem na sua origem o vocábulo grego *phono* que significa som, a unidades de uma língua gestual, era equívoco. Então, determinou chamar-lhes queremas, palavra que tem na sua raiz o vocábulo grego *kyros*, que significa mão.” Correia (2014:160)

necessidade de garantir que a comunicação nas áreas educacionais, justiça, televisão, serviços públicos e demais atividades da esfera pública ou privada seja feita nessa mesma língua através de documentos bilíngues, traduções/interpretações ou formação das demais entidades (Conselho da Europa, 2000). Este direito salienta “o valor do interculturalismo e do multilinguismo” (*Ibidem*, 2000:2) construindo assim princípios de democracia e diversidade cultural. A proteção das línguas minoritárias acontece em vários países como forma de preservar o direito à diversidade linguística. Desta forma reconhece-se que em cada uma delas existe uma relação cultural e identitária de quem a utiliza. Sendo que a cultura pressupõe uma língua, é através dela que é transmitida a cultura surda. Esta tem uma base fundamental de aprendizagem nos contextos formais, primordialmente nas escolas, devido ao elevado número de crianças surdas que nascem em famílias ouvintes que, como já referido, se situa entre 90% a 95% enquanto apenas 5% a 10% crescem no seio de uma família surda. É nestas escolas que as crianças adquirem a língua e convivem com os seus pares surdos e por vezes encontram modelos adultos também Surdos que são frequentemente a ligação ao mundo Surdo.

As Associações de Surdos têm também aqui um papel fundamental como pontos de encontro e de veiculação de informação, onde as pessoas se podem encontrar, conversar e fazer circular a informação dentro da comunidade e de fora para dentro da comunidade. Esta socialização dentro do espaço associativo tem vindo a diminuir e os mais jovens têm cada vez menos interesse neste contexto, no entanto, ainda há um enorme peso na contribuição das associações para o desenvolvimento desta cultura assim como para o seu fortalecimento. Apesar disto há que ter em consideração que, tal como afirma Pereira, “As pessoas Surdas fazem parte de comunidades culturais, históricas e sociais que vivem dentro de um grupo maior - a comunidade ouvinte de cada país.” (Pereira, 2013:18). Pereira utiliza ainda uma frase bastante elucidativa relativamente à cultura Surda dizendo que “A cultura Surda é a bandeira de um povo dentro de outro...” (*idem*:47), ou seja, é a bandeira de uma minoria dentro de uma maioria.

4.4.1. A Língua Gestual Portuguesa e o seu reconhecimento

Levantam-se as vozes e as mãos que retificam o termo “linguagem gestual” que é repetido inúmeras vezes pela população em geral. A força que a comunidade faz por defender e diferenciar estes dois conceitos “Língua Gestual” e “linguagem gestual”, assim como pela clarificação dos conceitos “surdo” e “surdo-mudo” é revelador da luta que vem a ser travada para o reconhecimento das pessoas surdas, das suas comunidades e das

línguas gestuais por todo o mundo enquanto línguas ricas e capazes de assegurar debate em todos os domínios, contrariando a ideia das limitações, restrições, estagnação e incapacidade.

A Língua Gestual Portuguesa é a LN da Comunidade Surda Portuguesa contemplada e reconhecida na Constituição da República Portuguesa, a partir da 4ª revisão constitucional, no artigo 74º, número 2, alínea h) de forma a “proteger e valorizar a língua gestual portuguesa, enquanto expressão cultural e instrumento de acesso à educação e igualdade de oportunidades” (Assembleia da República, 1997). A transmissão da língua gestual é feita por estimulação visual, através de gestos sequenciais que formam palavras e conseqüentemente frases. Através desta língua os falantes nativos adquirem o conhecimento do mundo que os rodeia, compreendem a relação que ocupam no mesmo, adquirem valores e estruturam a sua identidade linguística e social (Jokinen, 2006:84). Este reconhecimento da língua assume não só uma enorme fonte de orgulho como também um importante instrumento político, pois ao estar consagrada na Lei é possível exigir a sua colocação em prática tornando-a também base para várias ações em defesa da língua e identidade surda.

4.5 Intérpretes de Língua Gestual Portuguesa

4.5.1 Como surge a profissão?

Antes da abertura dos cursos e conseqüentemente formação de profissionais, atendendo à necessidade básica da comunicação inerente ao Ser Humano, as pessoas surdas comunicavam com a comunidade ouvinte através das crianças ouvintes, filhas de pais surdos. Estas são designadas por Children of Deaf Adults (CODA), enquanto Seres bilingues e biculturais, tendo tido um papel importantíssimo na comunicação entre os pais, familiares surdos, amigos dos pais e a comunidade ouvinte. Sobre o tema, Singleton e Tittle dizem que

Coda's often serve as interpreters for their parents, thus becoming the communication link between their parents and the hearing world. There are several concerns surrounding children that serve as interpreters for their parents. (*apud* Clark, 2003)

Esta realidade é descrita por Maria José Freire, CODA, professora e ILGP, num dos artigos que escreveu sobre o tema em 2011 referindo que

Nesta época, anos 60 e 70, não existia ainda, em Portugal, a profissão de intérprete de língua gestual e eram muitas vezes os filhos que tinham de assumir a tradução (...) tinham de recorrer aos seus filhos com quem comunicavam facilmente” Almeida (2011:14-15)

Estes “episódios/serviços” fizeram com que frequentemente as crianças/jovens ficassem em situações constrangedoras por serem demasiado jovens para as compreender, nomeadamente em situações que dizem respeito à intimidade de adultos nas quais ambas as partes envolvidas devessem estar protegidas.

A formação de ILGP surge na década de 90, na Associação Portuguesa de Surdos e na Associação de Surdos do Porto. No entanto, o reconhecimento da profissão de ILGP ocorreu dois anos após a aprovação da LGP como língua da comunidade surda portuguesa. Em 1999, após uma grande luta por parte dos intérpretes de então, e dos surdos, esta profissão foi aprovada e reconhecida na Lei. O Decreto-Lei nº 89/99 de 5 de julho surge pela necessidade de ver regulamentada a profissão de Intérprete de Língua Gestual Portuguesa assim como as suas funções, condições de acesso ao exercício da profissão, formação, deveres e responsabilidades. Após esta aprovação surgem os cursos superiores de Tradução/Interpretação em Língua Gestual Portuguesa nas Escolas Superiores de Setúbal, Porto e Coimbra que permitiram a pessoas ouvintes ingressarem em formação superior acedendo à profissão de ILGP. Esta Lei e sobretudo a formação de intérpretes profissionais permitiu que a situação dos CODA, acima ilustrada na primeira pessoa, se alterasse e lhes possibilitasse serem verdadeiras crianças longe das preocupações dos adultos. Atualmente a Escola Superior de Educação de Coimbra, leciona a Licenciatura de Língua Gestual Portuguesa para formar intérpretes ouvintes assim como para intérpretes surdos.

Apesar da reviravolta que aconteceu com a criação das referidas licenciaturas continuam a existir situações em que os surdos se fazem acompanhar pelos próprios familiares ou amigos evitando um serviço especializado por diferentes motivos, desde o pagamento ao intérprete, falta de autonomia e confiança, desconhecimento da língua entre outros.

4.5.2 A função dos Intérpretes de Língua Gestual Portuguesa

Atualmente o ILGP é visto como um profissional que faz a ponte de comunicação entre a comunidade surda e ouvinte a nível linguístico e cultural. Cynthia Roy reforça esta ideia dizendo que quando as pessoas não falam uma língua comum é um ato de comunicação linguístico e social. Nestas situações o papel do Intérprete de Língua Gestual Portuguesa liga-se diretamente pelo conhecimento e compreensão da situação comunicacional, incluindo a fluência em línguas, competência na sua utilização e na gestão dos fluxos de conversa inter-culturais (Roy, 2000). A informação passada pelo intérprete deverá ser o mais fiel possível ao texto/discurso de partida atendendo “ao conteúdo semântico, lexical e prosódico” (Pereira *et al*,2013:67) do mesmo.

4.5.3 Os Intérpretes de Língua Gestual como mediadores linguístico-culturais

É frequente, quando se pensa num momento de Interpretação, este ser associado a uma necessidade da pessoa surda e não da pessoa ouvinte. Esta associação não é verdadeira pois tanto carece o ouvinte de compreender a mensagem do surdo como vice-versa. Aliás tomemos por exemplo uma reunião em que todas as pessoas presentes sabem LGP exceto uma: aqui a necessidade deste serviço e mediação cultural é da pessoa que não sabe LGP, que provavelmente não será a pessoa surda. Assim e tendo em mente que os serviços podem e são dirigidos não só a surdos, tomemos como um outro exemplo os contextos diversificados em que estes profissionais intervêm. Através do quadro abaixo são ilustrados alguns exemplos com base em Mindess e Solow, aos quais se poderia acrescentar o do contexto que será abordado neste projeto e que não está contemplado nesta tabela mas cuja relevância é cada vez maior: a interpretação em Patrimônio Histórico.

Exemplos de contextos de trabalho do Intérprete e Língua Gestual Portuguesa

SAÚDE	RELIGIOSO	MEDIA	JURÍDICO-LEGAL	ARTÍSTICO	EDUCATIVO
Consultas de medicina familiar e especialidades	Missas ou cultos	Materiais audiovisuais formativos / informativos	Tribunal	Peças de teatro	Ensino ⁵ básico
Exames médicos	Cursos de preparação para o casamento ou ritos religiosos	Noticiários	Interrogatórios	Concertos generalistas	Primeiro ciclo
ASSOCIATIVO	Batizados	Programas de entretenimento	Depoimentos	Projetos musicais com língua gestual	Segundo ciclo
Associações de surdos	Funerais	Anúncios publicitários ou institucionais	Atendimento nos serviços	Sessões de contadores de histórias	Terceiro ciclo
Serviços de vídeo-interpretação	Outras cerimónias	Direitos de antena	Aconselhamento jurídico	Poesia	Ensino secundário
				Stand-up comedy	Ensino superior

Tabela 2 (Fonte - apud Pereira et al., 2013)

CAPÍTULO 5. ACESSIBILIDADE PARA O PÚBLICO SURDO

5.1 A acessibilidade

A acessibilidade é um assunto que ultimamente tem vindo a ser bastante debatido e que segundo o Conceito Europeu de Acessibilidade é uma

(...) característica de um meio físico ou de um objecto que permite a interacção de todas as pessoas com esse meio físico ou objecto e a utilização destes de uma forma equilibrada/amigável, respeitadora e segura (Comissão Europeia, 2005:23).

⁵ No sistema educativo português ainda não existem Intérpretes de LGP a trabalhar no 1º ciclo do ensino básico.

Assim, a acessibilidade encara-se como uma forma de garantir o acesso ao meio envolvente por todas as pessoas permitindo, assegurando e promovendo as condições necessárias para a autonomia e exercício da cidadania de todos os cidadãos.

5.1.1 Qual a importância do Património Histórico ser acessível

Acessibilidade e Património deveriam andar de mãos dadas, o Património Histórico deve ser encarado como local para todos, independentemente das suas especificidades ou necessidades permanentes ou temporárias. Estes locais devem permitir que todas as pessoas se possam movimentar, visualizar todos os objetos de um lugar facilmente acessível e disponibilizar réplicas de peças, maquetas e/ou objetos que possam ser tocados. É de salientar também a necessidade de a informação disponibilizada estar em formatos visual, tátil e áudio, atendendo às diferentes características das pessoas.

Ao existir Património acessível e inclusivo permite-se que as pessoas vivam experiências únicas e personalizadas respeitando a sua individualidade e diferença admitindo que possam usufruir do espaço e informação de uma forma confortável, autónoma e segura (Museu da Comunidade Concelhia da Batalha, 2011). Para que tal seja possível na sua plenitude, é importante que sejam eliminadas barreiras físicas (mobilidade, altura...), sensoriais (conteúdo adaptado) e atitudinais (respeito das instituições pela diversidade humana). Estes locais e os materiais acessíveis criados assumem-se como um agente de conhecimento para todos, não se focando apenas em barreiras físicas, mas também em criar condições para que quem os visita possa compreender e usufruir dos mesmos. Segundo Paula Teles,

A promoção e garantia da plena acessibilidade é um aspecto essencial à qualidade de vida dos cidadãos e ao exercício dos seus direitos, como membros participantes de uma comunidade regida pelos princípios de uma sociedade democrática, no sentido de garantir a sua real integração e participação cívica (Teles, s/d.).

Neste momento, existem alguns exemplos de acessibilidade para pessoas surdas em Portugal, por exemplo o Museu da Comunidade Concelhia da Batalha, o Museu do Azulejo, a Biblioteca Joanina da Universidade de Coimbra.

5.2 A Legendagem

A legendagem é um meio que possibilita a todas as pessoas que saibam ler, ter acesso aos meios de comunicação e ao entretenimento proporcionado pelos meios audiovisuais de uma forma visual. Este recurso proporciona que as pessoas possam assistir a conteúdos áudio em línguas que não dominam, tal acontece através da tradução ou aceder através da tradaptação⁶ a conteúdos orais na sua forma escrita (Neves, 2007). Este último recurso assume uma importante forma de acessibilidade para o público surdo que lhes permite aceder à informação na sua forma visual, no entanto, legendar traduzindo ou tradaptando permite também a outros públicos como já foi referido, aceder a essa informação.

Este trabalho de legendagem é complexo e exige um grande domínio das técnicas para que o trabalho seja adequado ao seu público-alvo. Josélia Neves acrescenta que deverá ser tido em conta o texto de partida e a pessoa que receberá esta mensagem, ou seja, as especificidades da legendagem devem ter em conta o recetor-alvo para não incorrer na falha dos critérios técnicos e regras estarem respeitadas na perfeição e o trabalho não se adequar aos recetores (*idem*:81)

A legendagem centra-se, nos seus objetivos gerais, na pedagogia, ou seja, na ajuda que proporciona às crianças e jovens na aquisição de conceitos, na compreensão entre a palavra falada ou gestualizada e a palavra escrita. Segundo Arghir “a legendagem tem sido associada a melhores competências de compreensão, em comparação com espectadores de um mesmo produto, apresentado sem legendas” (Arghir, 2012). Esta pode também ser uma importante ferramenta para pessoas com atrasos cognitivos, ou para crianças que estão a aprender a ler e escrever.

Esta aprendizagem e desenvolvimento de determinada língua podem também aplicar-se às línguas estrangeiras, no que concerne à retenção, aprendizagem de vocabulário e consolidação da estrutura linguística.

CAPÍTULO 6. DESENHO E METODOLOGIA DO PROJETO

6.1 Finalidades e objetivos da investigação:

No decorrer do trabalho foram dadas a conhecer políticas, mecanismos, perspetivas relativas à comunidade surda, à inclusão e aos esforços realizados, no sentido de derrubar barreiras e alcançar objetivos fruto de lutas desta comunidade pelo acesso à

⁶ “Transposição (com tradução e / ou adaptação) da mensagem sonora (verbal e não-verbal) a uma forma visual (verbal e / ou icónica)” (Neves, 2007: 13)

informação e comunicação. Evidenciam-se, no entanto, posições e soluções normalizadoras e de desaparecimento cultural dos surdos. O presente plano de projeto pretende exatamente o contrário, ao compreender e respeitar a diversidade e as características identitárias desta comunidade.

Esta pesquisa visa compreender se as pessoas surdas frequentam ou não museus/monumentos classificados como património histórico; interpretar os motivos que os levam a visitar, ou não, esses locais e entender se a criação de vídeo guias com LGP e legendagem em LP seria um elemento relevante ao aumento das visitas aos referidos locais.

Com o intuito de responder às questões de partida é necessário um modelo de análise coerente capaz de relacionar os conceitos e teorias empregados na investigação.

As nossas três perguntas de partida propõem a compreensão dos fatores que condicionam a ida das pessoas surdas a museus/monumentos classificados como património histórico; do modo como a ausência de acessibilidade linguística condiciona a visita aos referidos locais; e, perante casos em que já existam esses recursos, do modo como a divulgação chega ao público-alvo.

Assim, propomos fazer um vídeo guia para a Janela do Capítulo do Convento de Cristo em Tomar, com tradução em LGP e legenda em Português que sirva de exemplo para a um futuro vídeo guia mais amplo daquele monumento histórico.

Relativamente aos procedimentos metodológicos, considerando o problema de partida e a sua finalidade/objetivos, foi necessário definir o plano de investigação, o contexto da pesquisa, a seleção da amostra, as metodologias para recolha de dados e ainda o tratamento de informação obtida. Sousa e Baptista afirmam que a metodologia de investigação

consiste num processo de seleção da estratégia de investigação, que condiciona, por si só, a escolha das técnicas de recolha de dados, que devem ser adequadas aos objetivos que se pretendem atingir (Sousa e Baptista, 2011:52).

A metodologia deste trabalho é qualitativa pois procura “compreender os fenómenos na sua totalidade e no contexto em que ocorrem” (Coutinho, 2013:329) identificando os problemas à medida que a investigação avança.

“Todo e qualquer plano de investigação, seja ele de cariz quantitativo, qualitativo ou multimetodológico implica uma recolha de dados originais por parte do investigador” (*idem*:105). Assim, feita uma recolha direta de dados, através da realização de dois inquéritos distintos: um a líderes da comunidade surda, nomeadamente aos presidentes de 24 associações de surdos, a representantes da Federação Portuguesa das Associações de Surdos, da Associação Portuguesa de Surdos, da Comissão Nacional de Jovens Surdos (dada a representatividade dos jovens surdos portugueses), da Associação de Famílias e Amigos dos Surdos e a Membros do Núcleo para a Língua Gestual Portuguesa. Os dirigentes destas associações, no geral, têm uma grande perceção do que se passa na comunidade, nomeadamente dos seus interesses e hábitos. A maioria dos presidentes ou das pessoas consultadas são surdas, sendo a sua palavra e experiência de grande valia para a temática em análise, tal como afirma Joana Pereira

Os líderes Surdos têm uma função vital nas comunidades Surdas. São pessoas escolhidas pela comunidade para desempenhar um papel na promoção e defesa pública da cultura Surda e na sensibilização das pessoas ouvintes com as questões dos Surdos. Os líderes são geralmente pessoas com um conhecimento profundo da língua gestual, da sua comunidade e dos traços que as definem (...) (Pereira, 2013:57-58)

Os questionários foram disponibilizados através do *Google Forms* e divulgados por email ao público-alvo, optando-se assim pela modalidade de inquérito auto-administrado que dispensa a presença do entrevistador tornando mais fácil a sua realização.

Sendo a população escolhida para responder aos primeiros questionários líderes associativos da comunidade surda portuguesa (ver anexo 1), e aos segundos questionários os Diretores dos Monumentos/Património que conquistaram as “7 Maravilhas de Portugal” juntamente com a Diretora do Convento de Cristo em Tomar (ver anexo 2), local onde será realizado o projeto, estamos a excluir desta amostra as pessoas pertencentes à comunidade surda “não-líderes” e dirigentes de outros museus/monumentos. Sendo a amostragem segundo Coutinho “o processo de seleção dos sujeitos que participam num estudo”, (Coutinho 2013:89) nesta pesquisa selecionar-se-á uma amostragem não probabilística criterial pois serão selecionados “segmentos da população para o seu estudo segundo um critério pré-definido” (*idem*:95)

O primeiro questionário, aos líderes, pretende dar resposta às finalidades/problemas da investigação, permitindo saber:

- se os surdos portugueses vão a museus/monumentos classificados como património histórico;
- o que os leva a não ir;
- qual a frequência com que vão;
- se passariam a visitar mais os referidos locais, no caso de os referidos locais disponibilizarem a informação em vídeo-guias com LGP e legendas;
- que museus/monumentos classificados como património histórico conhecem com vídeo-guias.

O segundo questionário dirigido aos Diretores dos locais escolhidos, pretende saber:

- se alguma vez foi foram contactadas/os por um grupo de surdos ou por pessoas surdas a título individual para visitarem o espaço que dirige; e como decorreu a experiência;
- quantos grupos de surdos recebem por ano em média;
- quantos surdos a título individual recebem por ano em média;
- que serviços já são disponibilizados a este público;
- que locais conhecem com recursos considerados acessíveis para surdos.

Como forma de exemplificar o que à partida consideramos como o mais acessível linguisticamente para pessoas surdas, utilizadoras ou não utilizadoras da LGP, decidimos explorar a documentação existente no Convento de Cristo em Tomar, de forma a poder interpretá-la e adaptá-la para LGP e legendar na LP.

É importante salientar que para a realização deste processo foi criada uma equipa constituída por uma pessoa responsável por orientar e explicitar conceitos intimamente relacionados com a História e características próprias do local assumido por Maria da Luz Lopes dos Serviços Educativos do Convento de Cristo-Tomar, uma Linguista e Revisora Terminológica, Professora Doutora Isabel Correia, acumulando funções à coorientação do Projeto, um Intérprete de Língua Gestual Portuguesa Surdo, Helder Duarte e a Intérprete de Língua Gestual Portuguesa ouvinte que é a mentora da ideia. Neste projeto foi gravada a informação constante no texto de partida do audioguia acerca da Janela do Capítulo, como exemplo das boas práticas aplicadas.

CAPÍTULO 7. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS DO PROJETO

A apresentação dos resultados do Projeto, no presente capítulo assenta na base do processo da inovação social exposto por Mulgan em que divide o modelo de inovação em seis momentos, sendo eles os apresentados na figura seguinte.

Ciclo da Inovação Social



Figura 2 (Mulgan, 2012:63)

Este modelo apesar de ser apresentado de uma forma linear nem sempre o é, podendo surgir diferentes inovações no decorrer das diferentes fases, interferindo entre elas e proporcionando uma maior mudança sistémica que é sempre o objetivo principal de qualquer inovação social, permitindo assim que os resultados da mesma sejam duradouros, consistentes e permitam atingir o objetivo do projeto.

7.1. Impulsionadores

Tal como afirma Schopenhauer, “Qualquer nova verdade passa por três fases. Primeiro é ridicularizada. Segundo, tem de fazer face a uma oposição violenta. Terceiro, é aceite como auto-evidente” (*apud* Mulgan, 2012:63).

Na primeira fase do ciclo da Inovação Social os problemas tornam-se visíveis e podem ser das mais diferentes áreas, desde o desemprego, cortes orçamentais, exclusão, pobreza, etc. Neste projeto o que fez espoletar a ideia foi a experiência profissional da autora enquanto ILGP e membro da Comunidade Surda. Enquanto membro desta comunidade, prestou sempre atenção ao tipo de eventos e cultura consumida pelas pessoas surdas, nomeadamente na relacionada com o Património Histórico, confrontando-se permanentemente com a “não frequência” dos surdos a estes locais, assim como a inexistência de materiais linguisticamente acessíveis. Surgiu assim a iniciativa de procurar compreender este fenómeno junto das pessoas surdas e restante comunidade envolvida.

7.1.1. Identificação dos problemas sociais e diagnóstico social:

“Um diagnóstico é um instrumento fundamental no desenvolvimento sociocomunitário, já que permite um conhecimento aprofundado e estratégico da realidade social, possibilitando o desenho de intervenções mais qualificadas” (Simões *et al*, 2008).

Para que seja possível agir e pôr em prática determinada ideia é necessário compreender e aferir se, de facto, determinada solução é adequada para determinado público e se o mesmo tem essa necessidade. Para responder e conferir é necessário conhecer profundamente o contexto, os problemas e o público-alvo, fazendo com que a intervenção seja a mais qualificada possível e intervenha eficazmente em possíveis situações de exclusão ou desigualdade. Sabemos também que os problemas devem começar por ser resolvidos e compreendidos nas suas causas e junto dos conhecedores das matérias, ou seja, beneficiando daquele que poderia ser considerado um problema, transformando-o numa oportunidade de mudança.

Tendo como premissa que os museus e património histórico são formas de enriquecer e educar todas os indivíduos, foram realizados inquéritos aos líderes do movimento associativo surdo, às entidades já referidas, de forma a compreender se as pessoas visitam estes locais ou não e porquê, assim como saber se os locais já acessíveis estão devidamente divulgados, ou não, permitindo-nos fazer o diagnóstico e avaliação da situação.

Tal como foi referido na metodologia do projeto, um dos questionários foi enviado aos líderes associativos da comunidade surda portuguesa e o outro aos Diretores dos Monumentos/Património Histórico que conquistaram o prémio das “7 Maravilhas de Portugal” (Mosteiro de Alcobaça, Mosteiro dos Jerónimos, Palácio da Pena, Mosteiro da Batalha, Castelo de Óbidos, Torre de Belém e Castelo de Guimarães) e à Diretora do Convento de Cristo em Tomar, por ter sido o local escolhido para desenvolver o protótipo desta investigação.

A análise que se segue baseia-se no resultado do tratamento da informação obtida através dos questionários enviados para os Diretores das 7 Maravilhas de Portugal: dos 8 questionários enviados foram recebidas 5 respostas, sendo que uma não pôde ser considerada uma vez que se refere a um monumento nacional não está contemplado na amostra. As respostas válidas e analisadas são as dos Diretores do Convento de Cristo, Mosteiro de Alcobaça, Mosteiro da Batalha e Palácio da Pena.

1ª. pergunta: Alguma vez foi contactada/o por um grupo de Surdos ou por Pessoas Surdas a título individual para visitarem o espaço que dirige? Como decorreu a experiência?



Gráfico 1 (Respostas 1ª. pergunta - Diretores)

As instituições que responderam “Sim” à pergunta, não descreveram a experiência na interação com as pessoas surdas nem se os contactos por individuais ou de grupos.

2ª. pergunta: Em média quantos grupos de surdos recebe por ano na sua instituição?

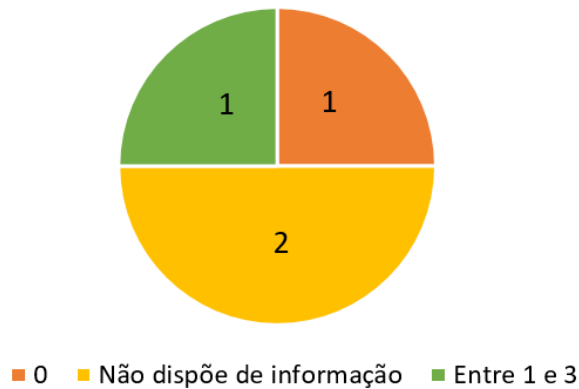


Gráfico 2 (Respostas 2ª. pergunta - Diretores)

3ª. pergunta: Que serviços disponibilizam para este público em particular?

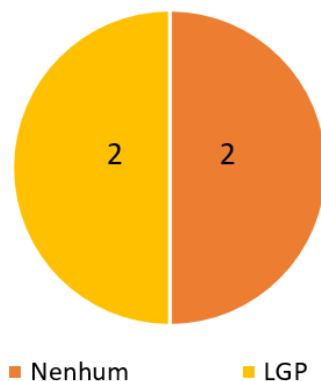


Gráfico 3 (Respostas 3ª. pergunta - Diretores)

Na análise das respostas à pergunta acima no que concerne aos serviços em LGP identificam os vídeo-guia em LG, formação de colaboradores em LGP, parcerias com empresas como Serviin para complementar o esclarecimento de informação às pessoas surdas, em LGP que os colaboradores da instituição não consigam transmitir às pessoas Surdas.

4ª. pergunta: Conhece Museus/Património Histórico que disponha de recursos considerados acessíveis, no domínio da acessibilidade linguística, para surdos?

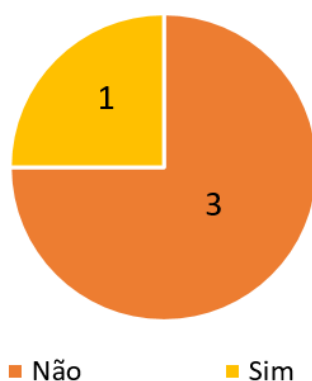


Gráfico 4 (Respostas 4ª. pergunta - Diretores)

A única instituição que afirma ter conhecimento de locais que têm recursos considerados acessíveis identifica na sua resposta o Museu do Azulejo, o Museu Machado

de Castro⁷ e o Mosteiro dos Jerónimos. Demonstra assim que, dentro da própria rede não existe comunicação e troca de informações que fortaleça um maior conhecimento da acessibilidade dentro de cada local.

Relativamente aos 24 questionários enviados aos líderes e instituições importantes na comunidade surda obtivemos 12 respostas que analisaremos de seguida.

1ª. pergunta: Em média quantas vezes por ano os surdos que conhece frequentam Museus/Património Histórico?

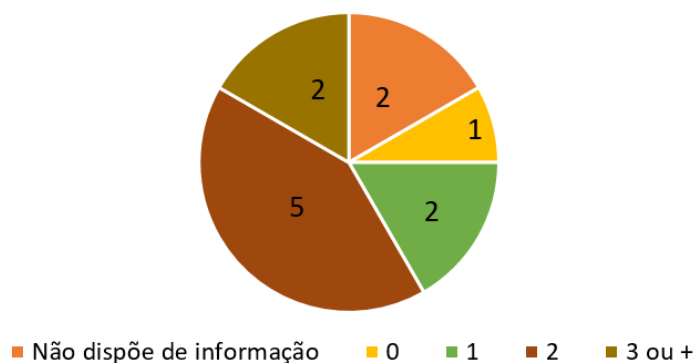


Gráfico 5 (Respostas 1ª pergunta - Comunidade Surda)

2ª. pergunta: Não frequentam mais vezes Museus ou Património Histórico porquê?



Gráfico 6 (Respostas 2ª. pergunta - Comunidade Surda)

⁷ Apesar de ser referido por uma instituição, a autora tem conhecimento que o mesmo não existe.

Estão no gráfico acima apresentadas 14 respostas uma vez que duas das pessoas ou instituições escolheram duas opções. As ilações retiradas relativamente aos motivos que condicionam a maior frequência da comunidade surda a estes locais prendem-se essencialmente com a barreira da comunicação, ou seja, no acesso à informação do património histórico na sua LN e em alguns casos língua materna. Outro dos fortes motivos que se destaca é a falta de recursos financeiros.

3ª. pergunta: Conhece algum Museu ou local Histórico acessível para surdos?

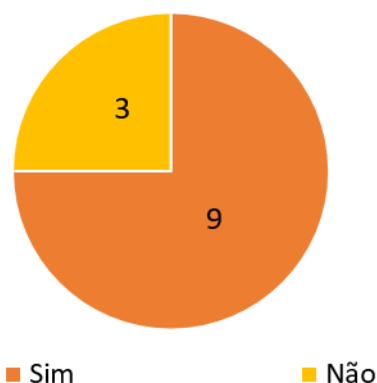


Gráfico 7 (Resposta 3ª. pergunta - Comunidade Surda)

Nesta resposta são dados como exemplos o Museu de Serralves, o Museu da Comunidade Concelhia da Batalha, o Museu do Azulejo, a Biblioteca Joanina da Universidade de Coimbra, os Parques de Sintra, os Mitos e Lendas em Sintra e Museu do Benfica-Cosme Damião. Apesar de alguns dos locais serem identificados há outros que por serem mais recentes não foram nomeados, assim como cada pessoa ou instituição não conhece mais do que um ou dois locais. Estas respostas levam-nos a concluir que estes locais têm de adotar novas estratégias de divulgação dos seus recursos através de meios que cheguem à comunidade surda permitindo que esta usufrua plenamente dos mesmos.

A última pergunta do questionário, “Na sua opinião que recursos deveriam ser disponibilizados pelos museus ou património histórico para a plena acessibilidade das pessoas surdas?”, seguia a tipologia de resposta aberta, o que permitiu uma maior variedade de respostas, que incluem a sugestão do uso de um tablet, aplicação ou videoguias em LGP, de disponibilização de vídeos explicando o percurso da visita, da presença de Intérpretes de Língua Gestual Portuguesa, da realização de parcerias com associações de surdos, de informação visual com texto simples, de indicação luminosa a

complementar a informação sonora dos museus, da presença de funcionários destes locais com formação básica em LGP para saber receber a comunidade surda, de que a comunidade surda no final da visita possa deixar o seu feedback na sua língua, ou seja, disponibilizar gravação vídeo para receber o feedback dos visitantes surdos. Surgem ainda sugestões que se focam nos surdos estrangeiros, com a proposta de vídeos em International Sign System.

Com os questionários realizados podemos concluir que os monumentos e património histórico conservado não é procurado pela comunidade surda e/ou os seus responsáveis não têm conhecimento disso. Percebemos também que não estão preparados para receber surdos na plenitude dos seus direitos do acesso à informação através da sua LN. É possível concluir ainda, que a informação sobre acessibilidade para pessoas surdas não é divulgada internamente, uma vez que três dos Diretores que responderam ao questionário não conhecem nenhum local com estes recursos.

No que concerne às respostas da comunidade surda, conseguimos concluir que existem poucos locais identificados com informação acessível linguisticamente para pessoas surdas e os existentes estão pouco divulgados. Outra das conclusões é que o principal motivo da não frequência destes locais é a não compreensão da informação.

7.1.2 Público-alvo e objetivos

O público-alvo da investigação/plano de projeto são as pessoas surdas no geral uma vez que este pretende chegar a todas as pessoas que dominam a LGP e aos que não a dominam.

Os objetivos do projeto são promover a inclusão, oferecer ferramentas de domínio cultural à comunidade surda, incentivando o desenvolvimento de competências culturais, sociais e pessoais; promover o conhecimento técnico do Convento; promover a educação cultural; reforçar fatores socioculturais, linguísticos e identitários da comunidade Surda ao criar uma ferramenta que lhes possibilite a obtenção de informação na sua LN.

Desta forma, o projeto pretende dar resposta a estes problemas sociais permitindo à comunidade surda aceder às informações existentes no audioguia, de forma adaptada, através de um vídeo-guia, removendo assim a barreira linguístico-cultural sentida pela comunidade surda. Assim, estaremos perante uma sociedade mais justa e inclusiva.

Consideramos que a acessibilidade linguística irá permitir às pessoas um desenvolvimento numa dimensão pessoal, individual e social e desta forma também consciencializando o Mundo em geral para a pessoa com deficiência sensorial,

mostrando-lhes que estas necessitam de condições especiais para um melhor acesso ao mundo que as rodeia, principalmente em locais frequentados por públicos tão diferenciados. Adotando ações como a apresentada no protótipo por nós elaborado, o Convento de Cristo passaria a oferecer aos seus visitantes s/Surdos uma maior vivência cultural e mais fácil aquisição de conhecimento. Este tipo de iniciativa acarreta consigo um grande peso de valor social, que apesar de não ser fixo, nem estável e de difícil contabilização, assume uma maior integração da comunidade surda, maior sensibilização da comunidade ouvinte (vendo a utilização destes recursos ou até mesmo pelas informações de aviso à disponibilidade do serviço) e, a comunidade surda que utilize este recurso em proveito próprio para seu enriquecimento estará perante um processo de *empowerment*.

7.2. Propostas e ideias

A segunda fase passa pela criação de soluções e reflexão sobre possíveis ideias, que são procuradas em diversas experiências e inspirações vindas de algumas fontes de formas diferenciadas, nomeadamente através de respostas ao questionário específico para a comunidade em análise, utilizado como diagnóstico. Surgem ideias bastante ambiciosas, tais como desenvolver o projeto com base na Língua Gestual Portuguesa, ISS, legendagem em Língua Portuguesa e em Língua Inglesa. Estas soluções vão nitidamente ao encontro das necessidades da comunidade surda nacional e internacional. Atualmente, o International Sign System⁸ é usado como meio de comunicação oficial em congressos, conferências, seminários e outros eventos da comunidade surda de âmbito internacional onde estejam pessoas de diferentes nacionalidades que utilizem Línguas Gestuais diferentes. Desta forma, é possível que estas pessoas comuniquem e partilhem ideias entre si, sejam concretas ou abstratas, ouvintes ou surdas.

Existem cerca de 70 milhões de pessoas surdas por todo o mundo, número este que é mais elevado do que a população de alguns países (Jokinen, 2006). Esta forma de comunicação caracteriza-se por ser altamente flexível e adaptável por ter uma base comum, no entanto, utiliza a estrutura sintática da LG do emissor. Através do International Sign System a possibilidade de as pessoas comunicarem livremente e sem qualquer constrangimento linguístico aumentou exponencialmente. Naturalmente que quanto mais for usado mais será difundido e melhor outras pessoas o irão conhecer permitindo que

⁸ Recurso cada vez mais usual pelos Surdos, é um código de gestos artificiais facilitadores da comunicação em eventos internacionais.

este chegue a cada vez mais pessoas abrindo novas áreas de relação entre a comunidade, independentemente do local de origem. Este sistema reflete uma evolução forte e de extrema riqueza devido aos encontros comunicativos de pessoas surdas de todos os países do mundo fazendo com que este sistema reflita as características e influência das mesmas. Os gestos internacionais, código artificial, não servem de substituição à língua do país, mas funcionam como um método facilitador de comunicação em eventos internacionais ou encontros entre pessoas surdas de diferentes países e consequentemente com diferentes línguas gestuais. Assim, e acompanhando esta dimensão internacional, o International Sign System estaria acompanhado de legendagem em Língua Inglesa, no entanto, devido à necessidade de fazer crescer o Projeto com bases sólidas e da necessidade em ser testado passo a passo, focamo-nos aqui, apenas na LGP e na Língua Portuguesa. Das ideias que surgem, nesta fase, é necessário selecionar quais serão mais viáveis e possíveis de concretizar com base nos recursos existentes. Atendendo às limitações de tempo e recursos decidimos que, a fase seguinte do protótipo apenas contemplaria a LGP e a legendagem em LP.

7.3 Protótipos e testes

7.3.1 Descrição da solução e carácter inovador do protótipo

O plano de projeto apresentado assenta na base da inovação social incrementada, (Mulgan, 2010) ou seja, baseia-se numa inovação já existente noutros locais nomeadamente no Museu da Comunidade Concelhia da Batalha, o Museu do Azulejo, a Biblioteca Joanina da Universidade de Coimbra, entre outros de menor dimensão. É imperativo que estes recursos, que são acessíveis, existam em todo o Património. Apesar da existência destes recursos noutros locais, este plano de projeto apresenta-se como original e inovador uma vez que este vídeo deverá ser gravado por um Intérprete surdo licenciado, em colaboração com um Intérprete ouvinte. A conclusão de licenciados surdos na profissão de Intérprete de Língua Gestual é ainda recente em Portugal, 2014/2015, e lecionado exclusivamente pela Escola Superior de Educação de Coimbra. No entanto, sendo este um projeto inovador, é de extrema importância e pertinência envolvê-lo por ser uma pessoa nativa e por natureza mais visual. Neste trabalho os intérpretes, conselheiro e gestuantes trabalharão em equipa de forma a preparar a informação/interpretação previamente. Até ao momento, em Portugal é inexistente trabalho semelhante uma vez que os primeiros surdos licenciados em Interpretação de Língua Gestual concluíram a sua formação em 2015.

Tendo como premissa a acessibilidade para pessoas surdas, no sentido lato, não era possível restringir somente aos que dominam a LGP mas também deverá ser alargada a outros que não dominam a LGP através de recursos como a legendagem. Pretende-se que o mesmo seja inovador não só pela utilização das novas tecnologias como método de educação informal e aquisição de conhecimentos específicos e terminológicos em LGP, mas também, pela introdução de legendas em LP.

Existem políticas e legislação em vigor que vão ao encontro da criação deste recurso, como por exemplo o Decreto-Lei nº 3/2008 que refere que os alunos surdos devem aceder à educação em ambientes bilingues possibilitando-lhes o domínio da LGP, do português escrito e, eventualmente, do português oral, devendo a escola contribuir para o crescimento linguístico dos alunos surdos adequando o processo de acesso ao currículo e para a inclusão escolar e social. Tendo em conta esta Lei e a premissa que as crianças e jovens surdos estão expostos à LG e ao português escrito é muito importante que os materiais existentes e ao seu alcance possam também contemplar as duas línguas. Desta forma a criança, jovem ou adulto pode enriquecer os seus conhecimentos e é-lhe possibilitado aceder à informação a partir de qualquer uma das formas, gestual ou escrita.

Na terceira fase do ciclo da inovação social, é desenvolvida e testada uma solução prática, perante o problema identificado. É verificada a diversidade de soluções, ou seja, é aqui que a solução é desenvolvida e colocada em ação, sendo aperfeiçoada através de tentativa e erro.

7.3.2. Fases da Elaboração do protótipo

A elaboração deste protótipo, que se encontra em DVD anexo ao trabalho (anexo 3), divide-se em 5 fases, sendo que a primeira se prende com procedimentos burocráticos e decisões relativas ao trabalho e a última com a descrição da pós-produção. As três fases que dizem respeito ao trabalho de preparação, execução e avaliação foram baseadas no modelo apresentado por Hoza (2010:177):

Fases do trabalho de interpretação em equipa

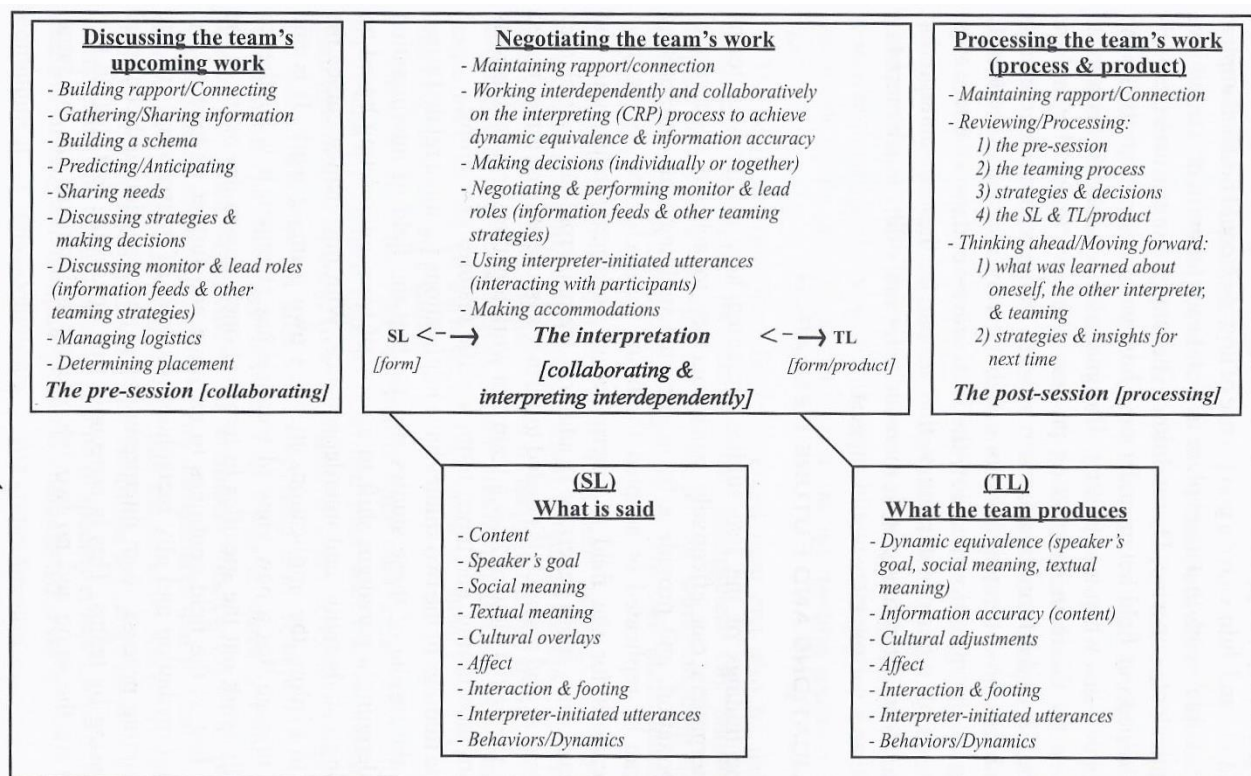


Figura 3 (Hoza, 2010:177)

1ª fase- Escolha do local/Procedimentos burocráticos

A elaboração deste protótipo foi realizado em várias fases, sendo que a primeira foi contactar a instituição escolhida, o Convento de Cristo em Tomar. Foram tratados os pormenores sobre o acesso livre e gratuito da investigadora e sua equipa ao local e aos materiais necessários ao projeto tendo em consideração ser este um trabalho académico.

O Convento de Cristo é vulgarmente conhecido como o conjunto monumental constituído pelo Castelo Templário de Tomar, o convento da Ordem de Cristo, a Mata dos Sete Montes, a Ermida da Imaculada Conceição e o pelo Aqueduto dos Pegões (Convento de Cristo (b) (sd)).

O Convento de Cristo situado na cidade de Tomar é um monumento reconhecido mundialmente pela UNESCO desde 1984. Este monumento é constituído por sete claustros, Principal, Lavagens, D. Henrique, Micha, Hospedarias, Corvos e pelo Claustro de Santa Bárbara. Este último situa-se abaixo da extraordinária Janela do Capítulo.

2ª fase- Discussão em equipa Hoza (2010) Leitura da documentação / Escolha da “parte” a interpretar

Nesta fase foi cedido pelos serviços educativos do Convento de Cristo o texto de partida para os audioguias existentes para pessoas ouvintes. Após realizada a leitura destes documentos e sabendo que estamos apenas a trabalhar num protótipo, a equipa de interpretação selecionou o texto correspondente à Janela do Capítulo para realizar o trabalho. A Janela do Capítulo do Convento de Cristo mandada construir por D. Manuel I e desenhada por Diogo de Arruda é um dos excelentes exemplos da arquitetura manuelina.

Conforme é descrito no áudio guia: “A famosa Janela do Convento de Cristo está no centro da fachada ocidental da igreja construída por Diogo de Arruda, em 1510. A Janela é considerada um ex-libris do estilo manuelino, uma forma extremada de decorativismo característica dos finais do gótico português caracterizada por uma exuberante gramática vegetalista e pelos motivos náuticos. A decoração heráldica da fachada constitui um programa de propaganda do Rei. Destinava-se a exaltar a imagem de D. Manuel como messias, rei por escolha providencial de Deus. (...) é percorrida, na horizontal, por uma corda abraçada por bóias. (...) Reino Espiritual ou Celestial, com 3 anjos, portadores da esfera armilar e da cruz de cristo, e um colar de cadeia - símbolo da Cavalaria Espiritual. O lado direito corresponde ao Reino Terreno, com 4 guerreiros, portadores da esfera armilar, da cruz templária e da Cruz de Cristo, e um grande cinto com fivela – que pode ser interpretada como a insígnia da Ordem da Jarreteira, uma instituição cavaleiresca mundana. (...) na base da Janela, com a representação de um homem de barbas com o busto envolvido num nó de corda e sustentando, às costas, as raízes de um tronco de carvalho - poderá simbolizar a árvore da vida sendo uma figuração da Árvore de Jessé, a genealogia mítica de Cristo. (...) o topo da Janela, onde a Cruz de Cristo – a insígnia da Ordem – está ladeada por duas esferas armilares, representando os mundos celeste e terrestre. Antigo instrumento de astronomia usado pelos navegadores, tornou-se o símbolo do poder de D. Manuel. Passados 15 anos da sua construção, esta obra foi propositadamente recoberta pelo novo edifício conventual de D. João III” (Convento de Cristo (a) (sd)).

A equipa manteve contacto entre si e com a pessoa especialista na área dos serviços educativos do Convento de Cristo, assim como, com uma Linguista e Revisora de Terminologia em todas as fases do processo. Este procedimento permitiu aos intérpretes identificar conceitos que não estavam claros para si, devido aos seus

conhecimentos na área não serem aprofundados, esclarecendo com ambos os profissionais. Algumas das explicitações foram realizadas *in loco* devido ao seu carácter profundamente visual.

Após este diagnóstico de necessidades correspondentes ao texto de partida a especialista adaptou o texto clarificando conceitos e sugestões de gestos específicos da terminologia histórica adequados. A partir deste texto os intérpretes trabalharam de forma interdependente mantendo-se sempre em contacto, trocando informações e estratégias para a preparação das filmagens.

Nesta fase foram tomadas decisões e discutidas técnicas de tradução e interpretação para que o resultado do trabalho final fosse o mais fiel possível às duas línguas e culturas com que se está a trabalhar, a Língua Portuguesa e a LGP, ouvintes e surdos. Pelas características do trabalho, e uma vez que a imagem se encontra sempre à direita do intérprete, para facilitar a interpretação e compreensão pelas pessoas surdas, foi recorrentemente utilizado o mecanismo da apontação que segundo Quadros é “um mecanismo deíctico de coesão do discurso. Consiste em apontar para um mesmo lugar onde um referente já havia sido introduzido antes por meio da apontação visual ou manual ou por alteração do ponto de localização do gesto.” (*apud* Correia, 2012:63).

3ª. fase Processo de trabalho em equipa Hoza (2010) / Produção final

Este, como qualquer trabalho que se realize em equipa pressupõe que os envolvidos tenham determinadas características pessoais e profissionais para produzir os efeitos esperados. Particularmente, os intérpretes atendendo à complexidade e tipo de trabalho que produzem devem ser cautelosos nos pares que aceitam para realizar determinados trabalhos uma vez que este envolverá muitas horas e um grande desgaste psicológico e físico que deve ser compreendido por ambos. Hoza refere algumas para uma boa realização de trabalho, como por exemplo, a capacidade de trabalhar em equipa com base numa filosofia de trabalho comum, comunicar de forma efetiva, elevado nível de confiança e compromisso para com a equipa que permita uma interpretação fiel e bem sucedida (Hoza, 2010).

Este trabalho de equipa, pressupõe um grande empenho e esforço dos intérpretes, como refere Sousa,

sabendo que o trabalho do intérprete é o de desconstruir discursos, numa modalidade linguística, para compor novos discursos, com as mesmas nuances, numa outra

modalidade linguística, [...], é possível compreender rapidamente, que este trabalho é de elevada complexidade. (Sousa, 2015:23)

Assim, esta construção exige que a equipa seja coesa mas também flexível para que atendendo às várias possibilidades existentes possa debater e concluir qual a melhor opção. No entanto, é frequente que exista necessidade de recorrer a pessoas surdas conhecedoras da temática e da linguagem específica para esclarecer e perceber qual a melhor opção gestual em caso de indecisões ou dúvidas. A elaboração deste videoguia, conforme acontece também com outro tipo de trabalhos técnicos, conta com vários procedimentos cruciais para a produção de um material de qualidade, sendo eles, a leitura e esclarecimento da linguagem técnica e específica do texto de origem, discussão dos gestos adequados ao contexto e visita ao local⁹.

Hurtado Albir identifica cinco sub-competências e componentes psicofisiológicas importantes para o processo, sendo elas:

-sub-competência bilingue, conhecimentos pragmáticos, sociolinguísticos, textuais e léxico-gramaticais, que operam para a comunicação em duas línguas;

-sub-competência estratégica, de forma a preparar e planear o processo de interpretação incluindo identificação de problemas.

-sub-competência extralinguística, constituída por conhecimentos (bi) culturais e enciclopédicos;

-sub-competência de conhecimentos sobre tradução;

-sub-competência instrumental, que consiste de conhecimentos operacionais, como o uso das fontes e das tecnologias aplicadas à tradução (Albir, 2005).

As componentes psicofisiológicas assentam em aspetos cognitivos (memória, perceção, atenção, emoção), atitudinais (curiosidade intelectual, perseverança, rigor, espírito crítico, conhecimento e confiança nas próprias capacidades, conhecimentos do limite das próprias possibilidades, motivação) e habilidades (criatividade, raciocínio lógico, análise e síntese).

⁹ Não podemos esquecer que estamos perante uma língua espaço-visual onde a representação do mundo se faz através do gesto descodificado pela visão. Desta forma, é possível que, por vezes, sobretudo devido a motivações histórico-sociais que estiveram na base da criação do gesto, haja um grau de iconicidade entre a palavra e aquilo que esta representa (Correia, 2009)

Atendendo a todas as características apresentadas e tendo como pressuposto que a equipa as detém, o trabalho a realizar nesta fase é facilitado uma vez que a quarta fase da elaboração do protótipo é o culminar do esforço realizado nas anteriores fases. Esta é a fase em que os intervenientes se sentem mais pressionados uma vez que se preparam para realizar o produto final e terão de colocar em prática vários processos simultaneamente, desconstruindo discursos e produzindo novos noutra língua. Antes do início da gravação, a equipa fez uma revisão do texto de partida, tomou as últimas decisões e definiu estratégias de interpretação e posicionamento para interpretação em espelho.

No esquema na figura 4 apresentado de seguida podemos observar dois tipos de processos, no entanto, ambos partem de uma “Source Language”, independentemente do processo envolver, uma equipa de interpretação ou apenas um intérprete, terá sempre uma “Target Language”. No protótipo que é apresentado neste plano de projeto, o trabalho desenvolveu-se através de um “Hearing Intermediary Interpreter”, que foi assumido pela autora do trabalho, e um “Deaf Relay Interpreter” que possui as características anteriormente descritas. O processo que decorreu na realização desta interpretação foi o “Hearing Intermediary Interpreter” receber a informação através do canal auditivo, processá-la através do método da figura, e passá-la para LGP de forma que o “Deaf Relay Interpreter” a reconstitua e transforme na “Target Language”.

Intérprete Intermediário apresentado por Ressler

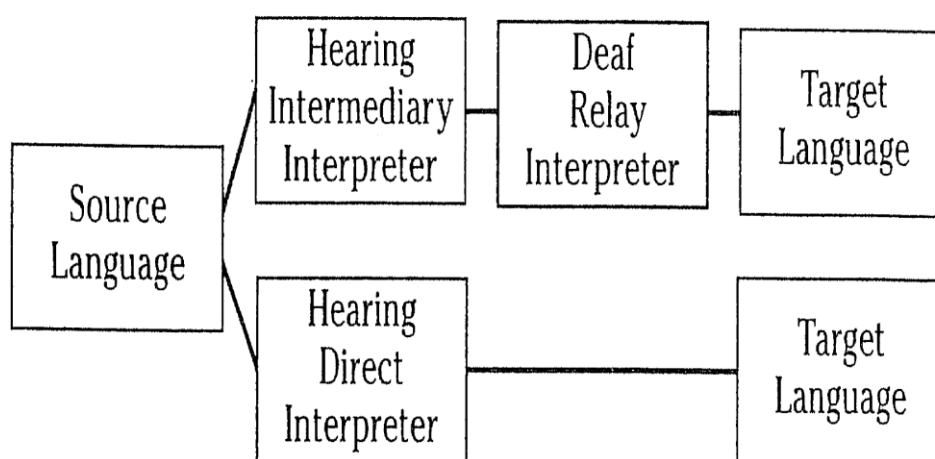


Figura 4 (apud Sousa, 2015)

A Linguista e Revisora de Terminologia assumiu também nesta fase o importante papel de leitora adaptando o ritmo à velocidade da interpretação simultânea para Língua Gestual Portuguesa.

4ª. fase Retrospectiva e avaliação

Há pontos em que a 3ª. e 4ª. fases se interligam uma vez que neste processo optámos por fazer do texto vários segmentos de vídeo que fomos realizando. A 3ª.fase, filmagem, foi intercalada com a 4ª., retrospectiva e avaliação, parando e revendo os excertos, repetindo quando necessário. A avaliação e análise aos vídeos produzidos foi sempre realizada pela equipa de intérpretes e pela Linguista e Revisora de Terminologia que é conhecedora e investigadora da LGP, de forma consecutiva. Foram avaliados diferentes domínios desde a comparação entre a língua de partida e a língua de chegada, o significado social/textual e os ajustes culturais.

Após a conclusão da gravação dos vídeos foram realizadas retrospectivas do que aconteceu e feita a avaliação do trabalho globalmente, das estratégias e das melhorias a realizar no futuro.

5ª. fase- Pós-produção de vídeo, legendagem e fotografia

Este processo contou primeiramente com a inserção das legendas nos vídeos, o texto das mesmas foi adaptado pela autora tornando o português mais claro e perceptível.

A pós-produção dos vídeos e todo o procedimento técnico foi realizado por um aluno surdo estagiário, do curso de Comunicação e Design Multimédia, na ESEC TV, que contribuiu com empenho para o produto final. Este procedimento não será detalhadamente descrito pois ultrapassa as competências da autora.

Sendo que não estavam disponíveis fotografias da Janela do Capítulo que pudessem ser usadas neste projeto, por falta de qualidade ou inexistência de pormenores que são bastante significativos para a produção, a autora dirigiu-se ao local com um fotógrafo profissional, que se disponibilizou a colaborar com o projeto, para que estas fotografias fossem exclusivas, específicas e adequadas ao pretendido.

7.4. Sustentabilidade e sustentação

Esta é a fase em que as ideias se tornam práticas diárias. Também deverá ser neste momento que se procura financiamento, parcerias e bases para as ideias do projeto prosseguirem tendo como objetivo a autonomia financeira (ainda que esta por vezes não

aconteça). Surge também um modelo com a estrutura fundamental do projeto que contém informação necessária e muito importante para que possa ser aplicada noutro contexto. É necessário referir que não falamos somente na sustentabilidade financeira, mas também e sobretudo numa sustentabilidade de inovação, de parcerias e de enquadramento institucional. A capacidade de originar impactos duradouros nos grupos beneficiários e que melhorem a vida dos grupos beneficiários, mesmo após o término do projeto, é o objetivo principal. Tal só é possível se a sustentabilidade e sustentação forem bem planeados para dar continuidade a esta ação nomeadamente atendendo à solidez que o monumento ou património histórico apresenta, à qualificação da equipa nos diferentes domínios e áreas usando diferentes ferramentas de gestão ao nível dos materiais por parte da equipa local informando da existência dos mesmos e incentivando o seu uso. Caso as pessoas sintam que o projeto é credível, eficaz e adequado às suas necessidades, mais facilmente este é reconhecido por um maior número de pessoas e terá maior sucesso.

Através de protocolos de divulgação do serviço com instituições da comunidade surda, em quem as pessoas surdas confiam e onde procuram informação será outra forma de divulgação facilitadora. Podem também ser disponibilizados recursos para que esta difusão do serviço seja feita através da internet e redes sociais.

Toda a equipa deverá também manter contacto e um diálogo aberto no sentido de se manter coesa, ir melhorando e cumprindo as sugestões dos utilizadores do serviço.

7.5. Disseminação/Replicação

O projeto nesta fase de disseminação / replicação é normalmente alargado aumentando assim a sua escala de impacto dando-lhe atenção e visibilidade. Segundo Mulgan, Existem muitos métodos para fazer crescer as inovações - desde o crescimento organizacional a uma difusão mais livre (Mulgan, 2010).

A existência de projetos a nível nacional e internacional, nomeadamente o Museu do Azulejo, Biblioteca Joanina, Café Sta. Cruz em Coimbra, Museu da Comunidade Concelhia da Batalha, que têm objetivos semelhantes ao projeto apresentado nesta investigação, continuam a acontecer e a crescer cada vez mais devido às preocupações apresentadas e que se tornaram de interesse global como a acessibilidade e a inclusão de todas as pessoas. É importante, ter em consideração as respostas dadas aos questionários para que nesta fase se evite cometer erros semelhantes aos projetos já existentes, principalmente a falta de divulgação adequada à comunidade surda fazendo com que esta desconheça a existência de projetos elaborados especialmente para si. Uma das

importantes ferramentas para esta divulgação é através de um líder da comunidade surda que gestue um vídeo em LGP, legendado e divulgado pelas associações de surdos, amigos e famílias, de profissionais, escolas, etc., que possibilite dessa forma a divulgação desta informação pelo público-alvo. Desta forma a frequência de pessoas surdas nestes locais irá certamente despertar um maior interesse em visitar outros locais históricos que caso estes não estejam devidamente preparados com materiais acessíveis, serão alvo dessa sugestão/exigência por parte das pessoas surdas, ou até mesmo os próprios locais se aperceberem da necessidade de possibilitar de forma igualitária o acesso à informação.

7.6. Mudança Sistêmica

Na última fase do ciclo da inovação social é esperada uma mudança sistêmica, pois é necessária uma transformação de mentalidades para que as mudanças possam ser profundas e perdurar no tempo. Estas devem acontecer nas políticas, culturas e processos de governação. Os intervenientes deverão encará-las como sendo da sua responsabilidade naturalizando-as uma vez que a inovação sistêmica envolve alterações nos conceitos e mentalidades, assim como nos fluxos económicos (Mulgan, 2010).

Com esta mudança é ainda importante ter em atenção que as organizações de âmbito social se confrontam constantemente com a complexa necessidade de modelar e apreciar a criação de valor social e de impacto social dos seus projetos e esforços. Os resultados das intervenções de âmbito social que surgem e que estas organizações pretendem resolver não estão na sua maioria considerados nos estudos estatísticos nacionais, é criado valor que não pode ser mensurável imediatamente. É importante ter em conta, como sublinha Forjaz, que o empreendedorismo social é uma

abordagem inovadora com o objetivo de resolver problemas sociais, com uma missão clara, sustentável, passível de ser replicada em outros contextos e capaz de conceber impacto social em larga escala (*apud* Dumitru, Alves e Costa, 2012:22).

O Impacto Social de determinado projeto alude à transformação proporcionada por determinado programa ou iniciativa com vista a satisfazer ou criar bem-estar de público-alvo definido, podendo refletir-se em impactos de diferentes ordens. Todas as organizações/projetos que atuem na área do empreendedorismo social ambicionam obter impacto social, não apenas impactos organizacionais. Segundo Dees, aumentar o impacto que uma organização com objetivos sociais produz, para melhor responder à magnitude

da necessidade ou do problema que procura resolver, implica o aumento da quantidade e melhoria da qualidade dos serviços fornecidos pela organização; uma mudança no ambiente político, cultural ou econômico para reduzir a necessidade ou o problema; maior atração para a produtividade dos recursos dedicados a resolver a necessidade ou o problema (Dees, 2001).

A avaliação de impacto social é um processo que pretende avaliar os impactos e o valor de projetos sociais nos resultados que este possa criar, seja economicamente, socialmente ou culturalmente. Estes recaem sobre determinado grupo de pessoas, e podem ser vistos como uma forma de aprendizagem por mais pequenos ou simples que possam parecer, trazendo benefícios significativos. Surgiu recentemente um indicador que permite medir resultados e ajustar estratégias futuras - SROI. Esta é uma ferramenta que atribuir um valor monetário a mudanças que sejam consequência de projetos/intervenções de âmbito social. Desta forma é possível comparar e calcular na mesma medida o impacto gerado. O índice SROI é um rácio entre o investimento e o retorno líquido gerado pelos projetos desenvolvidos, que avalia os benefícios de uma intervenção com o investimento efetuado (Fundação Mutualista Montepio, 2013).

Gregory Dees, confirma esta dificuldade em medir a criação de valor social, pois mensurar resultados de ações não lucrativas pode ser extremamente complicado. O mesmo autor prossegue dizendo que “Mesmo quando se conseguem medir os progressos, é frequentemente difícil atribuí-los a uma intervenção específica” (Dees, 2001). Representamos esta ideia, na figura abaixo, reconhecendo a existência de inúmeras ações dispersas convergentes que geram transformações que consequentemente têm determinado impacto, no entanto, relacionar diretamente a ação, à transformação e ao impacto nem sempre é fácil uma vez que um determinado conjunto de ações podem ter repercussões muito diferentes.

O que geram as ações

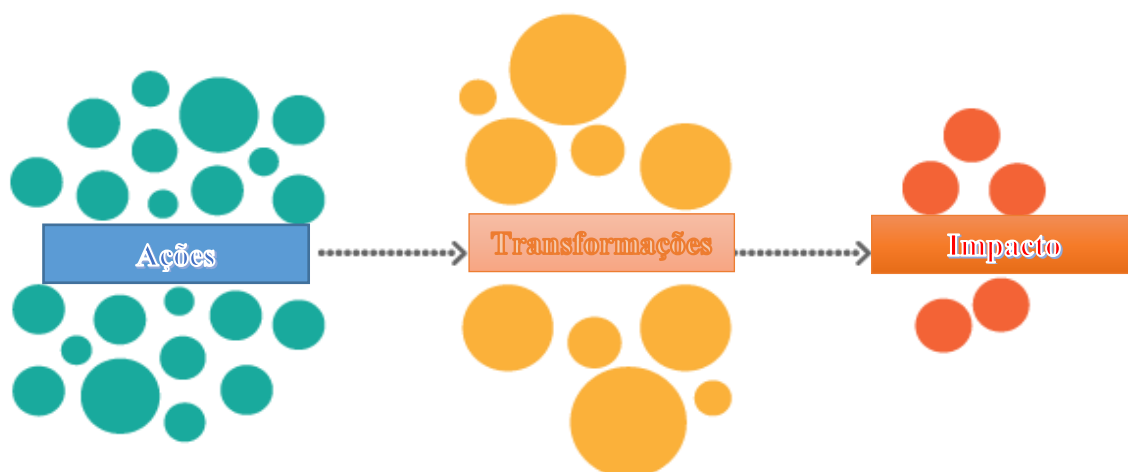


Figura 5 ((Cooperativa António Sérgio para a Economia Social, 2016) adaptado pela autora)

Apesar das dúvidas e das dificuldades em compreender a relação entre as “ações”, “transformações” e “impacto”, o processo de avaliação deve ser contínuo. Este pode e deve ser aplicado em todas as fases de um projeto conseguindo que desta forma exista um maior acompanhamento e monitorização do que está a ser realizado. Este tipo de avaliação deve também quantificar ou mensurar os diferentes tipos de informação envolvidos percebendo e avaliando o resultado e o sucesso de determinado projeto. O impacto e sucesso devem ter como indicadores base as necessidades, interesses e sentimentos das pessoas envolvidas, sendo que estes resultados mais profundos só podem ser calculados mais tarde. Pretende-se assim que as referidas mudanças sejam duradouras e que permitam uma mudança sistémica nas vidas das pessoas, nos seus comportamentos e mentalidades passando a ser uma mudança efetiva e estruturada.

Com a criação do videoguia, e numa fase que este projeto já não contempla, poderia ser feita uma análise aos dados recolhidos por questionário acerca das visitas das pessoas ao local antes e depois de serem disponibilizadas informações na sua língua e de forma acessível. Assim, poder-se-ia analisar o impacto no número de visitantes surdos, o conteúdo desta ferramenta e o conseqüente impacto que tem nas pessoas. Poderia também ser melhorado com o feedback da comunidade surda através de contributos em LGP ou por escrito enviados para os serviços educativos do Convento de Cristo.

ARGUMENTAÇÃO FINAL

Na conclusão deste trabalho é importante refletir sobre aquilo que nos levou a escolher o tema, assim como as conclusões a retirar de todo o processo identificando também as limitações do trabalho. O maior entrave encontrado no decorrer deste estudo prende-se com as poucas respostas recebidas pelos representantes da Comunidade Surda e dos diretores do Património Histórico a quem os questionários foram dirigidos. Apesar disso, pressupõe-se com base nas respostas obtidas e no conhecimento sobre a comunidade surda que os resultados correspondam à realidade. Porém, apenas através de uma administração direta dos questionários se poderia ter obtido um número superior de respostas e dados mais concretos, no entanto, não sendo o projeto financiado e sendo a autora trabalhadora-estudante, os custos das deslocações e o tempo necessário para o realizar foram impeditivos desta metodologia.

Com base nos questionários realizados aos membros da Comunidade Surda e a dirigentes de Património Histórico podemos concluir que:

- é fundamental que a LGP esteja presente nos diferentes contextos da vida diária, para que as pessoas Surdas tenham uma vivência igualitária comparativamente com os seus congéneres ouvintes;

- é importante transformar todos os locais e toda a informação em formato acessível para pessoas surdas, especialmente os locais que lhes possam fornecer conhecimento e os habilite com ferramentas que permitam autonomizar-se e viver a sua cidadania plenamente;

- deverá existir uma maior comunicação entre a rede de Museus e Património Histórico permitindo aos dirigentes conhecerem melhor quais os serviços de cada um podendo dar essa informação aos seus visitantes, nomeadamente a presença de recursos acessíveis em outros locais.

A experiência obtida com a realização deste projeto, e a bibliografia que lemos levou-nos ainda a concluir que:

- é imprescindível que as pessoas s/Surdas sejam capacitadas no sentido de compreenderem e sejam igualmente capazes de extrair informação de materiais criados, como é o exemplo do protótipo deste trabalho. Sabemos que muitos dos recursos criados

em diversos projetos sociais incorrem na possibilidade de não lhes ser dada continuidade, por isso, é importante ter em atenção para que este não seja desperdiçado, dando-lhe continuidade, uma vez que se apresenta como um recurso completamente livre de barreiras para pessoas surdas;

- a equipa de interpretação, Surdo-Ouvinte, é de extrema importância e uma mais valia para o produto final ser de elevada qualidade, uma vez que estamos perante uma pessoa naturalmente mais visual do que o Intérprete ouvinte;

- o trabalho de interpretação simultânea exige um processo mental complexo uma vez que se trabalha concomitantemente com duas línguas diferentes, sendo uma oral e outra visual. O trabalho fica mais facilitado quando existe uma ligação de pensamento e forma de trabalhar em equipa semelhante;

- a constituição da equipa de trabalho deve ter presente um Linguista e Revisor Terminológico que domine ambas as línguas, Língua Portuguesa e LGP, a Cultura Surda e a História de Portugal. É de extrema importância que paralelamente ao desenvolvimento do trabalho de interpretação, o Linguista e Revisor possa supervisionar do ponto de vista técnico e científico.

Acreditamos com este trabalho que é necessário tornar o Património Histórico acessível a todos, para que todos sintam que este é um direito que lhes é conferido pois todos os cidadãos têm direito a compreendê-lo.

Devemos também realçar o quão importante é que as instituições assumam um papel de responsabilidade no que concerne à exigência de cumprimento da legislação em vigor, respeitando a diversidade, os valores e identidade de cada cultura. Estes conceitos estão bem retratados e expostos na legislação europeia e portuguesa, desde a Declaração de Direitos das Pessoas Deficientes, Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e Protocolo Opcional, Constituição da República Portuguesa, Normas sobre Igualdade de Oportunidades para Pessoas com Deficiência, Declaração Universal dos Direitos Humanos, Relatórios, Declaração de Salamanca, Carta Europeia das Línguas Regionais ou Minoritárias, Decreto-Lei nº 89/99, Decreto-Lei nº3/2008. Legislação e diretrizes não faltam. No entanto, é imperativo que se cumpra a legislação existente pois estamos perante uma enorme violação dos direitos humanos fundamentais. Os direitos

Humanos são encarados pela Declaração Universal dos Direitos do Homem como um ideal a atingir por todos os povos e todas as nações. As estratégias apresentadas são interessantes e reforçam a necessidade de proteger os direitos e assegurar o bem-estar e reabilitação daqueles que estão em desvantagem. O acesso à informação é um direito de cada Ser Humano que está intrinsecamente relacionado com o direito de liberdade de expressão das suas ideias e de comunicação. Apenas assegurando este direito estamos a acautelar o direito de cidadania das pessoas s/Surdas.

SUGESTÕES PARA INVESTIGAÇÕES FUTURAS

Atendendo à investigação a que nos propusemos, deixamos para reflexão futura integrar num projeto, planos de roteiros para jovens estudantes que se enquadrem com os currículos escolares, potenciando assim a visita dos mais jovens. Esta poderia ser uma forma de criar parcerias com Escolas de Referência para o Ensino Bilingue de Alunos Surdos e estimular o gosto e a frequência de locais desta natureza.

Sendo que o protótipo de boas práticas apresentadas é apenas uma demonstração do que poderia ser realizado, deixamos também a ideia de colocar em prática a modalidade do International Sign System em vídeo e legendado em inglês à semelhança do que foi realizado como exemplo em Português e LGP alargando-o a todo o Convento de Cristo. Através deste recurso será proporcionado acesso a um público muito maior e potencialmente multilingue e global. Este formato não pretende suprir outras línguas, apenas utilizar o recurso ao International Sign System e Inglês como complemento de uma ferramenta abrangente para as pessoas s/Surdas de diferentes países.

Outra das sugestões futuras prende-se com a disseminação do projeto pelos Monumentos e Património Histórico, nomeadamente a *Rota das 7 maravilhas de Portugal*;

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Almeida, Maria José (2011), “Ser filha de Surdos: Uma aventura, um privilégio” in *Surdo Notícias*, nº6, 14-16.

Alvarenga, Tamar (2011), “A interferência da emoção na tomada de decisão de risco: um estudo experimental com profissionais da controladoria”, *Revista Universo Contábil*, Vol. 10, Nº2, 24:42, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo.

André, Isabel; Abreu, Alexandra (2006), “Dimensões e Espaços da Inovação Social”, *Finisterra*, XLI, 81:121-141.

Arghir, Daniela (2012), “Ferramentas de Legendagem: Um óptimo recurso para os vídeos eTwinning”, Consultado a 02.01.2016 em http://www.etwinning.net/pt/pub/collaborate/modules/subtitling_tools_great_for_et.htm

Assembleia da República (1997) Lei Constitucional 1/97, de 20 de setembro que aprova a Quarta Revisão Constitucional da República Portuguesa, *Diário da República* nº 218.

Assembleia Geral da ONU (1975) *Declaração de Direitos das Pessoas Deficientes*. [<http://www.esscvp.eu/wordpress/wp-content/uploads/2015/06/DeclaradosDireitosdasPessoasDeficientes.pdf>]

Baalbaki, Angela; Caldas, Beatriz (2011), “Impacto do Congresso de Milão sobre a Língua dos Sinais”, *Anais do XV Congresso Nacional de Linguística e Filologia, Cadernos do CNLF*, Vol. XV, Nº 5, t. 2, 1885-1895. Rio de Janeiro. Consultado a 18.05.2016 em <https://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=3&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEwj9s3ZxuPMAhUFORoKHWHaDZEQFggyMAI&url=http%3A%2>

F%2Fwww.filologia.org.br%2Fv_cnlf%2Ftomo_2%2F156.pdf&usg=AFQjCNEoB3D
PKci-6fk0NrxQcCtN8XHVIg&bvm=bv.122129774,d.d2s

Baltazar, Armando (2015), “Lançada Escola Virtual de Língua Gestual Portuguesa para ‘Quebrar Barreiras’”, *Revista Solidária*. Consultado a 16.05.2016 em <http://visao.sapo.pt/iniciativas/visaosolidaria/atualidade/lancada-escola-virtual-de-lingua-gestual-portuguesa-para-quebrar-barreiras=f811982>

Baptista, José Afonso (2008), *Os Surdos na escola: A exclusão pela inclusão*. Vila Nova de Gaia: Fundação Manuel Leão.

Bauman, H-Dicksen; Murray, Joseph (2014), *Deaf Gain: Raising the stakes for human diversity*. Minneapolis: University of Minnesota Press.

BEPA - Bureau of European Policy Advisers (2011) *Empowering people, driving change: Social innovation in the European Union*. Luxembourg: Publications Office of the European Union.

Bernardino, Susana; Santos, J. (2014), “Perfil do empreendedor social em Portugal” in *Seminário Empreendedorismo e Inovação*. Consultado a 03.11.2014 em http://recipp.ipp.pt/bitstream/10400.22/7086/1/Artigo%20Semin%C3%A1rio%20Incubcenter_2014.pdf

Carvalho, Paulo Vaz de (2007), *Breve História dos Surdos no Mundo*. Lisboa: Surd’Universo.

Clark, Kerry (2003), “Communication & Parenting Issues in Families with Deaf Parents and Hearing Children”, *Life print*. Consultado a 31.05.2012 em <http://www.lifeprint.com/asl101/pages-layout/coda.htm>

Comissão Europeia (2005), *Conceito Europeu de Acessibilidade - Relatório do Grupo de Peritos*. Lisboa: Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência

Comissão Nacional para as Comemorações do 50º Aniversário da Declaração Universal dos Direitos do Homem e Década das Nações Unidas para a Educação em Matéria de Direitos Humanos; Gabinete de Documentação e Direito Comparado (2008), *Direitos Humanos – Compilação de Instrumentos Internacionais*, Volume II. Lisboa: Procuradoria-Geral da República.

Conselho da Europa (2000), Carta Europeia das Línguas Regionais ou Minoritárias. [https://www.coe.int/t/dg4/education/minlang/textcharter/Charter/Charter_pt.pdf]

Convento de Cristo (a) (sd), *Audioguia para o Convento de Cristo de Tomar*. Documento dos Serviços educativos.

Convento de Cristo (b) (sd), *Monumento*. Consultado a 23.04.2016 em <http://www.conventocristo.pt/pt/index.php?s=white&pid=29>

Cooperativa António Sérgio para a Economia Social; Fundação Montepio; consultora 4Change (2016), “Programa de Impacto Social”. Consultado em 27.05.2016 em www.impactosocial.pt

Correia, Isabel (2009), “O parâmetro expressão na Língua Gestual Portuguesa: unidade suprasegmental”, *EXEDRA, Revista Científica da Escola Superior de Educação de Coimbra*, n.º 1, pp. 57-68. <http://www.exedrajournal.com/docs/01/57-68.pdf>

Correia, Isabel (2012), “Entre Línguas se (des) constrói o texto: interferência linguística da Língua Gestual Portuguesa no Português”, *EXEDRA, Revista Científica da Escola Superior de Educação de Coimbra*, número temático, pp. 58-66.

<http://www.exedrajournal.com/exedrajournal/wp-content/uploads/2013/01/04-numero-tematico-2012.pdf>

Correia, Isabel (2014), “Morfologia Derivacional em Língua Gestual Portuguesa: Alguns Exemplos”, *EXEDRA, Revista Científica da Escola Superior de Educação de Coimbra*, n.º 9, pp. 160-171. <http://www.exedrajournal.com/wp-content/uploads/2015/05/n9-C4.pdf>

Coutinho, Clara (2013), *Metodologia de Investigação em Ciências Sociais e Humanas: Teoria e Prática*. Coimbra: Edições Almedina.

Decreto-Lei nº 89/99 de 5 de julho. Diário da República nº 154/99 – I Série A.

Decreto-Lei nº3/2008 de 7 de janeiro. Diário da República nº 4/2008 – Série I de 2008-01-07.

Dees, J. Gregory (2001), “O Significado do ‘Empreendedorismo Social’” in Center for the Advancement of Social Entrepreneurship. Consultado a 03.11.2014 em <https://centers.fuqua.duke.edu/case/>

Dumitru, Victoria; Alves, Maria Leopoldina; e Costa, João (2012) *Manual de Empreendedorismo Social uma Abordagem Sistémica*. Caldas da Rainha: AIRO

Farias, Norma; Buchalla, Cassia (2005), “A Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde da Organização Mundial da Saúde: Conceitos, Usos e Perspectivas”, *Scientific Electronic Library Online*, 8 (2), 187-193. Consultado a 10.09.2015, em <http://www.scielo.br/pdf/rbepid/v8n2/11.pdf>

Ferreira, Sílvia (2011), “A emergência e o significado de empreendedorismo social”, consultado a 26.04.2016, em <http://www.ua.pt/voluntariado/ReadObject.aspx?obj=19275>

Fontes, Fernando (2006), *Deficiência na Infância: políticas e representações sociais em Portugal*. Dissertação apresentada à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra para a obtenção do grau de Mestre em Sociologia.

Fundação Mutualista Montepio (2013), “Como Implementar o SROI?” *Educação Informação*. Consultado a 27.05.2016 em <http://ei.montepio.pt/como-calculiar-o-retorno-do-investimento-social-sroi/>

Gaurinello, Ana; Claudio, Débora; Festa, Priscila; Paciornik, Roseli (2013), “Reflexões sobre as Interações Linguísticas entre Familiares Ouvintes – Filhos Surdos”, *Tuiuti: Ciência e Cultura*, 46, 151-168. Consultado a 08.04.2016, em http://www.utp.br/tuiuticienciaecultura/ciclo_4/tcc_46_programas/pdf_46/art10_reflexoes.pdf

Guerreiro, Augusto (2002), “Para uma comunicação mais inclusiva”, *Análise Psicológica*, 3 (XX), 367-371.

Habermas (1983), “Plano de Aula – Estereótipos e estigmatização, Discriminação e Preconceito; Multiculturalismo e políticas de reconhecimento”, *Desacato*. Consultado em 11.06.2016, em <http://desacato.info/plano-de-aula-estereotipos-e-estigmatizacao-discriminacao-e-preconceito-multiculturalismo-e-politicas-de-reconhecimento/>

Hoza, Jack (2010), “Team Interpreting: As Collaboration and Interdependence”. Alexandria: RID Press.

Hurtado, Albir (2005), “A aquisição da competência tradutória: aspectos teóricos e didáticos”, in Fábio Alves; Célia Magalhães e Adriana Pagano (orgs.) *Competência em Tradução: cognição e discurso*. Belo Horizonte: UFMG

Jokinen, Markku (2006), “Os utilizadores de Língua Gestual e a Comunidade Surda”, in Maria Bispo *et al.* (coord.), *O Gesto e a Palavra I* (págs. 83-108). Lisboa: Editora Caminho.

Ladd, Paddy (2003), *Understanding Deaf culture: In Search of Deafhood*. 1st Edition. Clevedon: Multilingual Matters Ltd.

Lane, Harlan (2006), “Serão as pessoas surdas deficientes?”, in Maria Bispo *et al.* (coord.), *O Gesto e a Palavra I* (págs, 25-55). Lisboa: Editora Caminho.

Lévesque, Benoit (2005), “Innovations et transformations sociales dans le développement économique et le développement social: approches théoriques et politiques publiques”, *Cahier du CRISES*, ET 0507. Consultado a 06.07.2015, em http://base.socioeco.org/docs/crises_et0507.pdf

Martins, Ana (2010), “Cidadanias Esquecidas: O Caso de Pessoas com Deficiência”. Dissertação apresentada à Universidade da Beira Interior para a obtenção do grau de Mestre na Especialidade em Empreendedorismo e Serviço Social.

Martins, Bruno (2005), “Políticas Sociais na Deficiência: Exclusões Perpetuadas”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 228, 1-19.

Martins, Bruno; Fontes, Fernando; Hespanha, Pedro, Berg, Aleksandra (2012), “A emancipação dos estudos da deficiência”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 98, 45-64.

Moulaert, Frank (2007), *Social innovation, governance and community building*. Brussels: Directorate-General for Research of EC.

Mulgan, Geoff; Murray, Robin; Grice, Julie, (2010), “The open Book of Social Innovation”, Disponível em https://www.nesta.org.uk/sites/default/files/the_open_book_of_social_innovation.pdf

Mulgan, Geoff (2012), “O Processo da Inovação”, in Azevedo, Carlos; Franco, Raquel; Meneses, João (coord.), *Gestão de Organizações sem Fins Lucrativos* (págs 63-74). Porto: Impulso Positivo Editora,

Museu da Comunidade Concelhia da Batalha (2011), Soluções Inclusivas. Consultado a 23.04.2016 em <http://www.museubatalha.com/recursos-de-acessibilidade-solucoes-inclusivas>

Neves, Josélia (2007), *Vozes que se Vêem*. Leiria: Instituto Politécnico de Leiria e Universidade de Aveiro.

Oliveira, Edson (2004), “Empreendedorismo Social no Brasil: Atual configuração, perspectivas e desafios – Notas Introdutórias” in *Revista da FAE*, Volume 7, (2): 9-18.

Oliveira, Karen (2013), *O Sentido da Vida, a Religiosidade e os Valores na Cultura Surda*. Dissertação apresentada à Universidade Federal da Paraíba para a obtenção do grau de Mestre em Ciências das Religiões.

OMS (2011) Relatório Mundial sobre a Deficiência. São Paulo: Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência, Governo de São Paulo. Consultado a 16.08.2015, em http://apps.who.int/iris/bitstream/10665/44575/4/9788564047020_por.pdf

ONU (1948) *Declaração Universal dos Direitos Humanos*.
[http://www.fpce.up.pt/sae/pdfs/Decl_Univ_Direitos_Homem.pdf]

ONU (1996) Resolução 48/96 - Normas sobre Igualdade de Oportunidades para Pessoas com Deficiência. Lisboa: Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência.

ONU (2010) *Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e Protocolo Opcional*. Lisboa: Instituto Nacional para a Reabilitação de abril de 2010.

Organização Mundial da Saúde (2004), *Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde*. Consultado a 10.09.2015, em http://www.inr.pt/uploads/docs/cif/CIF_port_%202004.pdf

Parente, Cristina; Costa, Daniel; Santos, Mónica; Chaves, Rosário (2011), “Empreendedorismo social: contributos teóricos para a sua definição”, in XIV Encontro Nacional de Sociologia Industrial, das Organizações e do Trabalho *Emprego e coesão social: da crise de regulação à hegemonia da globalização*, Lisboa, pp. 268–282. Consultado a 14.12.2014 em <http://web3.letras.up.pt/empsoc/index.php/producos/category/11-artigos?download=9:parente-2011-empreendedorismosocial>

Pereira, Joana (2013), *O Amor Surdo*. Lisboa: Chiado Editora.

Pereira, Joana; Gil, Cristina; Silva, Ana (2013), “Práticas de tradução e interpretação de língua gestual portuguesa: o contexto académico na PRO_LGP” in Orquídea Coelho e Madalena Klein (coord.), *Cartografias da Surdez: Comunidades, Línguas, Práticas e Pedagogia*. (págs. 67-77). Porto: Livpsic.

Pinto, Carla (1988), “Empowerment, uma Prática de Serviço Social”, in O. Barata (coord), *Política Social*. Lisboa: ISCS.

Portugal, Sílvia; Martins, Bruno; Ramos, Luís; Hespanha, Pedro (2014), “Estudo de Avaliação do Impacto dos Custos Financeiros e Sociais da Deficiência” in Portugal, Sílvia (coord.), *Relatório Final*. Universidade de Coimbra: Centro de Estudos Sociais.

Praxedes, Walter (2004), “A diversidade humana na escola: reconhecimento, multiculturalismo e tolerância”, *Revista Espaço Acadêmico*, 42. Consultado a 11.06.2016, em <http://www.espacoacademico.com.br/042/42wlap.htm>

Querette, Emanuel (sd), “Confiança e Risco em Projetos: Contribuições da Sociologia à Manutenção da Confiança em Stakeholders”, in Academia.edu. pp. 1-18. Consultado a 05.07.2015 em https://www.academia.edu/3994695/Confian%C3%A7a_e_Risco_em_Projetos_Contribui%C3%A7%C3%B5es_da_Sociologia_%C3%A0_Manuten%C3%A7%C3%A3o_da_Confian%C3%A7a_de_Stakeholders

Roy, Cynthia (2000), *Interpreting as a discourse process*. Nova Iorque: Oxford University Press.

Silva, Daniel (2008), *A identidade do empreendedor social*, Tese de doutoramento não publicada, apresentada à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo para a obtenção do grau de Doutor.

Silva, Regina (2013), “Modificações dos Parâmetros Sublexicais dos Primeiros Gestos em LGP Produzidos por Crianças Surdas” in Orquídea Coelho e Madalena Klein, (coord.), *Cartografias da Surdez: Comunidades, Línguas, Práticas e Pedagogia*. (págs. 19-41) Porto: Livpsic.

Simões, Maria; Augusto, Amélia; Cruz, Dina; Oliveira, Manuel; Wolf, Jan (2008) “Desafios para os diagnósticos sociais: aprofundamento e reconfiguração”. *VI Congresso Português de Sociologia* de 25 a 28 de junho na Universidade Nova de Lisboa. Consultado em 06.08.2015, em <http://www.aps.pt/vicongresso/pdfs/200.pdf>

Sousa, Joana (2015), *Entre duas línguas e uma Princesa: A invisibilidade da interpretação em Língua Gestual Portuguesa*, Trabalho de natureza profissional apresentado para atribuição de Título de Especialista em Línguas e Literaturas Maternas apresentado à Escola Superior de Educação de Coimbra.

Sousa, Maria; Baptista, Cristina (2011), *Como fazer Investigação, Dissertações, Teses e Relatórios – Segundo Bolonha*. 2.ª Edição. Lisboa: Pactor Edições de Ciências Sociais e Política Contemporânea.

Spread the Sign (2012), *Dicionário Internacional*. Projeto internacional da União Europeia

Stokoe, William (2001), *Language in Hand: Why Sign Came Before Speech*. Washington: Gallaudet University Press.

UNESCO (1994) *Declaração de Salamanca*.
[http://redeinclusao.web.ua.pt/docstation/com_docstation/19/fl_9.pdf]

Venade, Filipe (2014), *Os Direitos Fundamentais das Pessoas Surdas*. Coimbra: Edições Almedina.

ANEXOS

Anexo1. Questionário realizado à Comunidade Surda

Acessibilidade nas Mãos

O presente questionário surge no âmbito do Projeto final do Mestrado em Intervenção Social, Inovação e Empreendedorismo, ministrado numa parceria entre a Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação e Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, sobre o tema da acessibilidade a museus e património histórico conservado por pessoas surdas. Pretendo recolher estas informações, através de inquérito, a presidentes de associações nacionais, assim como dos elementos que constituem o Núcleo para a Língua Gestual Portuguesa.

*** Required**

Qual a instituição que representa? *

Idade *

Em média quantas vezes por ano os surdos que conhece frequentam museus ou património histórico? *

Não frequentam mais vezes museus ou património histórico porquê?

(Podem ser assinaladas várias hipóteses)

- Não têm interesse
- Não compreendem a informação oral
- Não dispõe de recursos financeiros
- Não dispõe de informação para responder
- Other:

Conhece algum museu ou local histórico acessível para surdos? *

Com vídeo-guia, visitas guiadas em LGP ou outros

Se sim, quais?

Na sua opinião que recursos deveriam ser disponibilizados pelos museus ou património histórico para a plena acessibilidade das pessoas surdas? *

Exemplos

Anexo2. Questionário realizado à Comunidade Surda

Acessibilidade nas Mãos

O presente questionário surge no âmbito do Projeto final do Mestrado em Intervenção Social, Inovação e Empreendedorismo ministrado numa parceria entre a Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação e Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. A candidata a título de mestre, Ana Raquel Oliveira Lima, pretende recolher, através de inquérito, respostas de representantes de equipas de direção de museus ou locais históricos (Rota das Sete Maravilhas de Portugal e do Convento de Cristo em Tomar) acerca da acessibilidade comunicacional das pessoas surdas a museus.

* Required

Qual a instituição que dirige? *

Alguma vez foi contactada/o por um grupo de surdos ou por pessoas surdas a título individual para visitarem o espaço que dirige? Como decorreu a experiência? *

Foi contactado? Descrição da experiência.

Em média quantos grupos de surdos recebe por ano? *

Grupos

Em média quantos surdos a título individual recebe por ano? *

Individual

Que serviços disponibilizam para este público em particular? *

Considera uma mais valia dispor de recursos específicos para os surdos? Quais? *

Conhece museus/património histórico que disponham de recursos considerados acessíveis, no domínio da acessibilidade linguística, para surdos? *

Caso resposta: "Não", chegou ao fim, submeta por favor o formulário. Se a resposta for "Sim" indique quais na pergunta abaixo.

Quais?

Anexo 3. DVD do protótipo da Janela do Capítulo do Convento de Cristo em Tomar acessível para pessoas Surdas